

Presidentes e o Mercosul

Reflexões sobre a Integração

Julio M. Sanguinetti
Raúl Alfonsín
José Sarney
Eduardo Frei

organizador
Fabio Magalhães



PRESIDENTES E O MERCOSUL

Reflexões sobre a integração

organizador
Fabio Magalhães

Governador
Geraldo Alckmin
Secretária de Cultura
Cláudia Costin

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

CONSELHO CURADOR

Secretária de Cultura (Presidente): Cláudia Costin
Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico: João Carlos de Souza Meirelles.
Reitor USP: Adolpho José Melfi.
Reitor Unicamp: Carlos Henrique de Brito Cruz.
Reitor Unesp: José Carlos Souza Trindade.
Presidente Fapesp: Carlos Alberto Vogt
Conselheiros: Marlyse Madeleine Meyer, Fernando Gasparian, Miguel Alberto Ignatios.

DIRETORIA

Diretor Presidente: Fabio Magalhães.
Chefe de Gabinete: Maria Cristina Mariz Masagão.
Assessores da Presidência: Lulu Librandi, Marcello Glycerio de Freitas e Emirene Nogueira
Diretora do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina: Isaura Botelho.
Diretor de Atividades Culturais: Antonio Maschio.
Diretor Administrativo e Financeiro: Luiz Takao Adathi.

DEPARTAMENTO DE PUBLICAÇÕES

Editora executiva: Leonor Amarante
Editora adjunta: Ana Candida Vespucci
Diagramação: Sergio Kodama
Assistente de produção: Jacqueline Barsotti
Estagiário: Murilo Fiorini

PRESIDENTES E O MERCOSUL

Reflexões sobre a integração

organizador
Fabio Magalhães



Copyright©2002 by Fundação Memorial da América Latina

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9 610, de 19.02.1998

P937 Presidentes e o Mercosul / organização de Fábio Magalhães. — São Paulo : Fundação Memorial da América Latina, 2003.
300 p. ; 23 cm.

Conteúdo: Julio María Sanguinetti — Raúl Alfonsín — José Sarney — Eduardo Frei
ISBN-85-85373-43-1

1. Mercosul - História. 2. Mercosul - Debates. 3. Integração Econômica - Países do Cone Sul. 4. Relações Econômicas Internacionais - Países do Cone Sul. I. Magalhães, Fábio, org. II. Dupas, Gilberto. III. Stuart, Ana Maria. IV. Rabello, João Bosco. V. Vignani, Tullo.

CDD - 337.18

ISBN 85-85373-43-1

Direitos reservados à

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664 - 01156-001 - São Paulo/SP
Telefone: (11) 3823 4600 Fax: (11) 3823 4611
e-mail: editor@memorial.org.br
<http://www.memorial.org.br>

SUMÁRIO

Apresentação: Fabio Magalhães	9
Julio María Sanguinetti	13
Debate	23
Debatedores	71
Opinião: Gilberto Dupas	79
Raúl Alfonsín	99
Debate	121
Debatedores	151
Opinião: Ana Maria Stuart	157
José Sarney	165
Debate	181

Debatedores	207
Opinião: João Bosco Rabello	215
Eduardo Frei	223
Debate	243
Debatedores	285
Opinião: Tullo Vigevani	293

APRESENTAÇÃO

O projeto “Presidentes e o Mercosul” constitui uma expressiva contribuição para o resgate histórico do Continente e se propõe contar a história viva do mais importante bloco econômico da América do Sul, narrada por seus protagonistas. Quando foi gestado o Mercado Comum do Cone Sul, os três principais países que o constituíam, Argentina, Uruguai e Brasil, eram governados, respectivamente, por Raúl Alfonsín, Julio María Sanguinetti e José Sarney. Além desses três países, foi incluído o Paraguai e, posteriormente, como associados, a Bolívia e o Chile. Consolidado pelo Tratado de Assunção, assinado no Paraguai, em 26 de março de 1991, o Mercosul surge para estabelecer o livre comércio entre os países da América Latina. Primeiro, foram elaborados acordos bilaterais de relações comerciais e, depois, implementadas as etapas de ajuste do setor, sobretudo entre o Brasil e a Argentina.

Diante da importância do bloco no Continente latino-americano, a Fundação Memorial da América Latina criou o projeto “Presidentes do Mercosul”, cuja idéia é documentar as reflexões sobre o processo de integração da região, a experiência política na condução e integração e os saldos sociopolítico e econômico da luta pela continuidade do processo, mesmo diante das atuais dificuldades.

A iniciativa do Memorial da América Latina contou com parcerias da Agência Estado, do jornal *O Estado de S. Paulo* e da Fundação Padre Anchieta, e ainda com o apoio do hotel Gran Meliá. A série de testemunhos foi inaugurada por Julio María Sanguinetti, em 19 de setembro de 2000, seguido por Raúl Alfonsín, em 14 e 15 de maio de 2001, por José Sarney, em 6 de agosto do mesmo ano, e terminou, um mês depois, com a participação de Eduardo Frei.

O testemunho de cada ex-presidente durou cerca de 40 minutos, ao cabo do qual o depoente foi argüido por uma banca de especialistas. O livro que ora publicamos reúne os depoimentos proferidos para um grupo fechado de convidados, com gravação da TV Cultura de São Paulo.

Os quatro líderes são nomes significativos do cenário político contemporâneo. No começo de 2000, em visita ao ex-presidente do Uruguai Julio María Sanguinetti, em Montevideu, convidei-o a inaugurar a série de depoimentos de ex-governantes que comporiam o projeto “Presidentes do Mercosul”. Sanguinetti foi protagonista atuante na luta pelo restabelecimento da democracia no Continente. Seus procedimentos e atitudes como político contribuíram enormemente para que a transição política em seu país fosse realizada com sucesso. Viveu a experiência e o equacionamento do papel das Forças Armadas, da cooperação na segurança regional e das relações internacionais dos demais países com o Uruguai. Sanguinetti foi, sem dúvida, um aliado importante para a restauração da democracia do bloco.

O ex-presidente Raúl Alfonsín, líder da União Cívica Radical, escolhido em eleições democráticas em 30 de outubro de 1983, foi o primeiro presidente civil da Argentina após o período militar por que passou o país.

Entre as principais ações de seu governo destacam-se o plebiscito que decidiu a paz com o Chile e a criação da Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas, organização que publicou o famoso livro-relatório *Nunca Mais*. Durante a gestão Alfonsín, os membros da Junta Militar que governou a Argentina antes da redemocratização foram processados e condenados.

Durante o governo de José Sarney o Mercosul deu os primeiros passos. O ex-presidente, formado pela Faculdade de Direito do Maranhão, é também jornalista, professor, poeta, e muito contribuiu para a integração do Continente. Além dos serviços prestados como deputado federal, governador do Maranhão, presidente da República, presidente do Senado, é atualmente senador da República pelo estado do Amapá. Durante seu governo teve atuação expressiva na consolidação das instituições democráticas do País e deu apoio à formação de um Congresso Constituinte que no dia 5 de outubro de 1988 promulgou a atual Constituição brasileira. Ao assinar a Ata de Iguazu, em 1985, com o presidente Alfonsín, Sarney ajudou a superar uma política de beligerância e desconfiança que durante séculos norteou as relações entre Brasil e Argentina.

Eduardo Frei Ruiz-Tagle pertence a uma família de larga tradição democrática. Em 1964, seu pai, Eduardo Frei Montalba, foi eleito presidente da República do Chile pela Democracia Cristã. Em 11 de dezembro de 1993, ele mesmo tornou-se democraticamente presidente chileno. Foi em sua gestão, no ano de 1996, que o Chile aderiu parcialmente ao Mercosul, sob o *status* de membro associado, e aprofundou o processo de normalização democrática. Atualmente exerce os cargos de senador da República e vice-presidente da Democracia Cristã.

O Chile tornou-se agente econômico atuante e original em um cenário globalizado. Além de negociar de maneira especial com o México e o Canadá e de fazer parte da Asia-Pacific Economic Cooperation (Apec), o país aprendeu rapidamente a jogar em três frentes: o aprofundamento ou não do Mercosul, a antecipação ou não da Alca e as questões em torno da nova rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Não por acaso são esses os mesmos dilemas que enfrentam as

autoridades brasileiras diante da aceleração recente das negociações das normas que regem o comércio internacional.

Esse encontro com os ex-presidentes, agora transformado em livro, ao mesmo tempo em que se torna importante documento sobre a história contemporânea da América Latina, com certeza vai contribuir para um melhor conhecimento da região.

FABIO MAGALHÃES
Diretor-presidente do
Memorial da América Latina

Julio María Sanguinetti

Esta espécie de registro histórico que devemos fazer do processo de integração, do tratado do Mercosul, que no próximo ano comemorará seus dez anos de vida, acredito que pode ser também uma grande oportunidade para fazermos uma avaliação do significado desses dez anos, bem como uma ocasião de olharmos os anos vindouros com uma visão estratégica. Hoje, porém, creio que o nosso assunto é situar no contexto histórico dos anos 80 o processo de integração, que surgiu, naquele período, paralelamente à democracia: o fenômeno da integração em simultaneidade com o fenômeno da democracia. Não resta dúvida de que houve um paralelismo claro, e a questão foi justamente conciliar democracia e integração.

O processo de saída dos governos *de facto* aconteceu de maneira simultânea no Brasil, na Argentina e no Uruguai. O Chile e o Paraguai

ainda viviam sob governos militares. E esse processo de redemocratização é muito importante, porque antes de qualquer coisa a solução institucional percorreu três caminhos diferentes. Na Argentina, o caminho foi a queda do governo militar em consequência de uma derrota militar. O regime argentino fez a guerra das Malvinas e perdeu; e é muito natural que um regime militar não suporte uma derrota militar. Então, podemos dizer que a democracia irrompeu sem qualquer negociação.

No Brasil, ocorreu o contrário. Porque aqui o regime militar estabeleceu algumas regras, e, de forma curiosa e inesperada, dentro das regras fixadas pelo próprio regime militar, produziu-se a irrupção democrática, por uma via parlamentar e através daquele processo de costura tão refinado empreendido por Tancredo Neves, ao qual se associou José Sarney. E, dentro daquelas regras, emergiu a abertura democrática.

No Uruguai, o processo foi negociado. Foram quatro anos de negociação. Em 1980, os militares propuseram ao que ainda existia em termos de partido uma Constituição, que não foi aceita. Então, os militares realizaram um plebiscito, um referendo de ratificação, rejeitado pelo povo. Eles respeitaram o resultado e teve início aí um longo processo de negociação, que levou, no ano de 1982, a uma eleição de elementos dos partidos políticos para a missão de eleger o que seria os interlocutores das autoridades militares. E logo, em 1984, aconteceram as eleições.

Também a saída do regime militar percorreu três caminhos distintos. No Uruguai e no Brasil, a situação foi, digamos, pacífica, e não ocorreram questionamentos entre o poder civil que nascia, ou que renascia, e o que ainda existia de reminiscência do poder militar. Na Argentina, não. O processo foi polêmico, inclusive com sublevações militares. E mesmo com episódios sangrentos como o do quartel de La Tablada. Foi uma reação muito traumática. O governo de Alfonsín foi forçado a conduzir a reconstrução democrática dentro de um processo bastante desintegrador.

No que se refere ao terceiro plano, o econômico, vivíamos uma época de altos índices de inflação. No Brasil, as taxas de inflação eram altíssimas, mas havia ao mesmo tempo crescimento. No Uruguai, os

índices eram mais moderados, mas também havia crescimento. E, na Argentina, uma enorme instabilidade, que acabou por gerar uma hiperinflação e uma grave crise econômica no final do governo de Alfonsín.

Foi esse o quadro da transição democrática em nossa região. E foi nesse quadro que se situou o processo de integração. Isso porque todos que estávamos envolvidos nessa luta naquele momento sentíamos que um dos elementos integrantes do processo de democratização era, na verdade, a colocação em marcha de um processo de integração.

E o que se tinha em mente? Pensou-se na experiência da Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), dos anos 60. A Alalc tinha sido a integração de inspiração bolivariana, a inspiração hemisférica, de grande retórica, a integração de todo o hemisfério no sentido de resgatar o espírito do Congresso do Panamá, por meio de uma zona de livre comércio. O processo passou por uma fase de lançamento, seguida de outra na qual experimentou alguma expansão e depois estancou.

Então, anos depois da Alalc, enveredamos para a Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), que foi a idéia de assumir a regionalização, com o pensamento na constatação de que o caminhar com todos simultaneamente havia gerado um momento de estagnação do processo. A velocidade dos mais lentos detinha o esforço de avanço. As negociações eram demoradas, imensas, produto por produto, e com isso o processo estagnou-se.

Fomos para a Aladi pensando que seria preciso abrir um caminho de regionalização. Imaginávamos, na época, que o projeto tinha de nascer na região. E a idéia de todos era que, se não conseguíssemos estabelecer um processo de integração com os vizinhos, seria impossível avançar.

Além disso, nós, uruguaios, tínhamos certeza de uma coisa: se não lográssemos fazer com que a Argentina e o Brasil estabelecessem um entendimento franco, aberto, todo o processo seria impossível. Sentíamos, então, que nossa tarefa era conseguir que a Argentina e o Brasil superassem aquela etapa, eu não diria de rivalidade, mas de preconceito. Havia preconceito entre os historiadores, com visões nacionalistas de

ambos os lados: por via de consequência, havia preconceitos entre os jornalistas. Havia preconceitos nos círculos militares que a unidade dos regimes militares ditatoriais ainda não havia conseguido desvanecer. Tanto o exército argentino quanto o brasileiro tinham preconceitos um contra o outro. E era evidente que se precisava superar aquela situação. Tinha-se de chegar a um período em que toda essa situação fosse superada. Inclusive, naquele momento, havia projetos de construir mísseis, havia projetos atômicos, havia projetos por trás dos quais os preconceitos militares apareciam com toda a sua força. Tratava-se de uma questão muito importante, que hoje, na perspectiva do tempo, pode ser que não seja percebida, mas que naquele momento era determinante. Por isso, os esforços, naquele instante, tanto do presidente Alfonsín, da Argentina, quanto do presidente Sarney, do Brasil, foram muito importantes para a superação de todos esses problemas. Creio ser esse um aspecto de magna importância.

Então, nasceu a idéia, primeiro com acordos de expansão comercial. É feito primeiramente um acordo de expansão comercial entre o Brasil e o Uruguai, e outro acordo é assinado entre a Argentina e o Uruguai, e logo um terceiro entre a Argentina e o Brasil. E assim foi-se construindo um tecido. Podemos dizer que houve uma etapa de bilateralização, seguida por uma fase de trilateralização. Essa etapa bilateral gerou, sobretudo, protocolos de expansão comercial, todos os quais foram coroados de sucesso. Todos, sem qualquer sombra de dúvida, produziram resultados, facilitaram o comércio. E logo teve início a etapa de trilateralização.

Voltando ao período que chamamos de bilateralização, podemos lembrar que, já em maio de 1985, dois meses depois de iniciarmos nosso governo, fizemos uma reunião em Colonia (Uruguai) com o presidente Alfonsín. E, em agosto de 1986, foi assinada no Brasil a Ata de Cooperação Econômica Brasil-Uruguai. Também em maio de 1985, foi constituída, em Colonia, a Comissão para a construção da ponte entre essa cidade e Buenos Aires. Foi realizado um grande ato popular na prefeitura.

tripartite número 1, em Brasília. E a última aconteceu em 1989, já no final de meu mandato, quando foram inaugurados os escritórios da embaixada do Brasil em Buenos Aires, com a presença de Sarney.

Com relação à embaixada brasileira na Argentina, quero deixar registrado que se trata de um edifício clássico, um daqueles grandes palacetes da capital argentina, tão característicos da época de ouro da cidade. Chama-se “Casa de Pereda”, da família Pereda, um palácio luxuoso, de estilo francês, o estilo cultivado na época de sua construção. Foi aí, dando para a avenida 9 de Julho, que o Brasil estabeleceu sua embaixada, inaugurada por Sarney nessa época. Foi essa a última vez em que fizemos essas visitas trilaterais.

Todavia, em cada encontro bilateral o terceiro presidente sempre esteve presente. Inclusive, quando Sarney fez uma visita ao Uruguai, convidamos o presidente Alfonsín. Fizemos uma reunião também em Colonia, mas não na cidade, e sim numa maravilhosa fazenda, Anchorena, numa belíssima casa sobre o rio, com vista para Buenos Aires. Está localizada a 30 quilômetros da capital portenha, em linha reta, do outro lado do rio. Tem um grande parque de 800 hectares, que é um pouco o símbolo dessa região habitada por argentinos e uruguaios. Bem, ali em Anchorena fizemos uma reunião, da qual temos bonitas fotos com Sarney e Alfonsín. Lembro que, uma noite em que lá dormiu Sarney, tive a idéia de ir com ele até Colonia, e aconteceu um furacão, o maior furacão do século, uma inundação incrível. Minha intenção era mostrar ao presidente Sarney o Museu Português e o Museu Espanhol, e quase nos afogamos, ficamos encharcados... um desastre! Mas, no final, a visita foi bastante agradável e produtiva.

De tudo isso nasceram várias coisas. Nasceram os acordos comerciais, nasceu já uma trilateralização institucional através de decisões, enquanto íamos amadurecendo a idéia de que tínhamos de chegar a um tratado de integração. Idéia que já estava sendo gerada como um patrimônio comum.

E isso, digamos, teve boa acolhida. Nessa altura, Alfonsín não governava mais a Argentina, havia sido substituído por Menem; em 1991, eu

também não era mais presidente do Uruguai, e sim Lacalle. No entanto, produziu-se um fator de muita significação: os novos presidentes deram continuidade ao processo. Lembro-me de que, quando surgiu Menem, muita gente dizia: “A relação com Menem não vai ser tão boa quanto com Alfonsín, porque vocês do Partido Colorado tiveram, em algum momento, muitas controvérsias com o Partido Peronista...” Bem, isso foi no passado. A verdade é que Menem foi um especialista em enterrar passados, não é? Enterrou todos os passados possíveis, não é verdade? Nesse sentido, Menem foi um fenômeno revolucionário, não? Algum dia ter-se-á que escrever corretamente a história de Menem na Argentina.

Voltando... E realmente houve uma continuidade sem qualquer rispidez. Ao contrário, tudo ocorreu extraordinariamente bem. Assim, os presidentes foram mudando, mas não mudou o impulso, não mudou o projeto. E tudo isso culminou, no ano de 1991, no tratado. Depois, em 1994, na consolidação institucional em Ouro Preto, e em anos de expansão comercial.

Até que chegamos, finalmente, aos dias de hoje. Atravessamos momentos difíceis. Sem qualquer dúvida, o ano de 1999 foi o período mais difícil do Mercosul. Foi a época da desvalorização da moeda no Brasil, que produziu toda uma repercussão econômica muito forte na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, um impacto que persiste ainda hoje.

No entanto, viu-se também que o Mercosul resistia. Ou seja, apesar de todos os conflitos comerciais que se manifestaram diante de todos esses problemas, o Mercosul resistiu. Mostrou que era um projeto estratégico que tinha tudo para avançar. Sentimos que não se podia sair desse caminho. Todavia, causou sem dúvida um grande mal-estar, um afloramento de debates particularistas, sobre setores do comércio, sobre setores industriais; apareceram reflexos neoprotecionistas em nossos países, nessa altura fundamentalmente na Argentina e no Uruguai. Isso era natural, porque a economia maior é que havia produzido o desequilíbrio desvalorizador, e isso gerou uma situação inédita. Normalmente, ocorre o contrário com as desvalorizações. No Nafta (North America Free Trade

Agreement), o México e o Canadá ajustaram suas moedas para ganhar competitividade com os Estados Unidos. Na Europa, a Espanha e a Itália fizeram ajustes de sua moeda para aumentar sua competitividade com a Alemanha.

Aqui aconteceu o contrário: foi o país maior que ganhou competitividade. E isso gerou uma situação complicada, principalmente na Argentina. Isso porque, como a Argentina tinha um sistema de câmbio fixo, fixado por lei, vivia dentro de uma enorme rigidez econômica, que até agora está provocando grandes dificuldades de concorrência para o país irmão. Nós, que tínhamos um tipo de câmbio flutuante, pudemos transitar com um pouquinho mais de flexibilidade. Sofremos, mas conseguimos equilibrar o ritmo, e fomos recompondo o comércio, sem muitos traumas.

Contudo, a meu ver, o que emerge de tudo isso é, definitivamente, que o Mercosul está aí. Também pudemos ver onde estavam as fraquezas, e acredito que a questão agora é olhar para a frente, com essa perspectiva de afirmar os elementos básicos, a coordenação macroeconômica, os grandes debates da projeção para fora, a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), a União Européia, a América do Sul, a Comunidade Andina, isto é, a projeção para fora do Mercosul. E, em terceiro lugar, continuar o aperfeiçoamento institucional, a consolidação institucional do Mercosul. Acredito que por esses três caminhos é que transitaremos nos próximos anos; e não tenho dúvida de que o faremos com muito sucesso.

Às vezes nós gostamos um pouco de bancar o profeta; faz parte de nossa cultura fazer profecias. Mas, como diz Karl Popper, com sua lógica de epistemólogo, em lugar de ser profetas do futuro é mais útil ser forjadores de nosso presente. Mas este é um papel modesto, que não apreciamos tanto. E acho que atualmente temos muito a fazer, e temos além disso – eu, pessoalmente, acredito nisso – uma agenda relativamente clara do caminho por onde temos de transitar.

E a partir daí acredito que, sem sombra de dúvida, o Mercosul será uma personalidade, não só na esfera comercial, mas também no âmbito político, e no cultural, que é igualmente fundamental nesse aspecto.

DEBATE

COORDENADOR

Fabio Magalhães

DEBATEDORES

Antonio Angarita

Carlos Henrique de Brito Cruz

Celso Lafer

Décio Zylbersztajn

Eliézer Rizzo de Oliveira

Fernando Gasparian

Gilberto Dupas

Hélio Mattar

Luciano Coutinho

Marcos Mendonça

Maria Inês Migliaccio

Renato Prado Guimarães

Roberto Teixeira da Costa

GILBERTO DUPAS:

Apesar do seu apelo para que fiquemos na análise pragmática do hoje, eu queria provocá-lo um pouco, ainda assim, sobre o passado e sobre o futuro. O hoje está cansando a todos nós. Então, acho que podemos tentar iluminá-lo um pouquinho com o passado; acho que isso pode ajudar. Quanto à sua referência aos anos 80 e à transição do regime militar para a democracia, vou fazer algumas colocações e depois gostaria de provocá-lo com algumas perguntas.

Essa transição que vários atribuem – eu mesmo o fiz na época – a um esgotamento do modelo econômico daquela época – lembra-se? México 83, crise do petróleo e tal, que desencadeou, pelo menos no Brasil e em alguns desses outros países, um certo esgotamento do modelo econômico, também um pouco o fim da substituição de importações, na interpre-

tação de alguns – é considerada como sendo uma das causas fundamentais do desmoronamento dos regimes militares. E essa transição que se fez então, ela veio simultaneamente com o início, digamos, da chamada revolução neoliberal, em que as forças-guia, que começavam a imperar como a nova lógica econômica, eram a abertura de mercados, a livre movimentação de capitais etc.

E essas democracias nascentes, pela primeira vez na história mais recente da América Latina, todas de uma vez, abraçaram essas teses novas, e de alguma forma foram esses Estados democráticos, pela primeira vez em muito tempo eleitos pela população, que na realidade implementaram as reformas, as três reformas principais, que deram início ao ciclo não só de abertura como, de certo modo, de esgotamento da substituição de importações, que tinha gerado, vamos dizer assim, de certa forma, o chamado empresário nacional... até então.

Nesses vinte anos, no fundo esperava-se a promessa, o que vinha junto com esta tese... eu me lembro sempre do Peter Drucker, do *New Realities*, que chegou num momento de entusiasmo a afirmar que os Estados nacionais podiam bater em retirada, porque as transnacionais mundiais seriam suficientes para garantir o alfa da população do mundo todo, que em última análise seriam todos empregados delas, não é? Mudou de idéia logo em seguida, mas, ainda assim, é uma referência interessante, acho que esse livro é de 1983... E de certa forma, portanto, esta onda veio com promessas. E essas promessas de um crescimento econômico, de uma melhor distribuição de renda à medida que viessem a abertura e as reformas, passaram a fazer parte do conteúdo do discurso democrático dessas democracias nascentes.

Bom, passados esses vinte anos, o que é que aconteceu? Houve um grande progresso, inegável: o fim das inflações crônicas. O que trouxe inclusive, temporariamente, alívios importantes para a população de baixa renda, especialmente no Brasil. A partir do fim da inflação, basicamente, para lhe dar uma idéia, a população abaixo do nível de pobreza no Brasil caiu repentinamente de 29% para 20%. Hoje está

voltando de novo, devagar, mas houve um progresso interessante, foi o que a gente chamou aqui da geração de “frango com iogurte”.

Muito bem. Olhado com uma perspectiva já de vinte anos, este processo, no entanto, significou uma estagnação da América Latina. Nesses vinte anos, por exemplo, no Brasil, o PIB *per capita* cresceu, de ponta a ponta, alguma coisa parecida com 3,7%, portanto 0,2% ao ano... Em suma, não cresceu.

À medida que isso foi ocorrendo, os discursos democráticos começaram a ter problemas. Não só aqui como em toda a América Latina, começaram a apresentar as fissuras que conhecemos, e de alguma forma esse discurso democrático, que não se sustentou numa promessa de volta do crescimento, acabou tendo de apelar mais uma vez para o populismo, ainda que dentro da democracia, mais aqui, menos ali, para sustentar um pouco a legitimidade das representações, e da própria democracia, que é onde mais ou menos nós estamos hoje.

De certa forma, sendo cético, eu diria que, embora durante algumas décadas tenhamos brincado com os termos “país em desenvolvimento”, “país emergente”, de alguma forma, passados esses vinte anos, e olhando o que aconteceu com a economia global, realmente o termo mais adequado é de certo modo voltar à idéia de “países do centro” e “grandes países da periferia”, ainda que grandes, para aqueles como o Brasil, a Argentina, o México, a Índia, que têm um tamanho de mercado tal que fazem parte da lógica das cadeias globais, mas que ainda assim não crescem. Então, feita essa colocação um pouco longa, eu queria provocar-lhe três questões.

Primeira: O senhor, que viveu no centro desse furacão, também tem essa percepção clara de que o advento das democracias teve muito a ver com a crise econômica, logo em seguida a 1980?

Segunda questão: Será que a democracia tradicional, na América Latina, digamos a partir deste momento, de uma perda razoável de legitimidade – que, aliás, não é aqui só – que faz com que pela primeira vez se volte a falar incessantemente em sociedade civil (estivemos com

o presidente Alfonsín há pouco tempo atrás naquele encontro de Brasília, preparatório dos presidentes, e ele atacou esse tema com correção: “Nunca se falou tanto nas sociedades civis, mas o que é a sociedade civil? A não ser, basicamente, a representada nas democracias pelos partidos políticos, que aparentemente não se sente mais que as representam”). Então, como é que o senhor vê o futuro dessas democracias que são obrigadas a viver, como está claro hoje, numa situação de crescente exclusão, e portanto num diálogo complexo de legitimidade de representação?

E, finalmente, apesar de o senhor declarar que não gostaria de ser profeta – e eu entendo perfeitamente essa posição – ainda assim, o senhor ainda se entusiasma com a idéia de que efetivamente esses grandes países da periferia podem vir a conseguir, a curto prazo, um espaço de crescimento dentro da lógica global?

JULIO MARÍA SANGUINETTI:

Bem, creio que a proposta é realmente apaixonante, porque ali estão todos... toda a nossa problemática. Aí também está concentrada e visualizada a magnitude das mudanças que temos vivido em vinte anos... no mundo. Ainda ontem, numa entrevista na televisão, falávamos dessa questão. No momento em que vimos emergir as democracias, nossa agenda era a dívida externa e a paz na América Central. Eram os dois grandes assuntos.

E aí, ainda dentro da guerra fria, aparecíamos com uma iniciativa própria; isso foi importante, porque se formou o Grupo de Contadora, formou-se o Grupo de Cartagena, em 1983, um para tratar da questão da América Central, o outro para lidar com o problema da dívida externa. Em seguida, formou-se o Grupo de Apoio a Contadora, pelo qual nos incorporamos aos quatro países, para trabalhar na questão da paz na América Central. E isso não era fácil naquele momento, porque os Estados Unidos ainda sentiam que nossos passos rivalizavam de algum modo, ou comprometiam, ou dificultavam sua posição numa América

Central em que se considerava dominante a posição norte-americana. Era um momento muito particular.

Mas acredito que naquele instante amadureceu a idéia de termos uma política própria, uma iniciativa própria. Isso é muito importante, mas ainda estávamos no cenário da guerra fria. Na Nicarágua era claríssimo: tínhamos de um lado os Estados Unidos, do outro o bloco soviético, e tínhamos a revolução sandinista... Todos aqueles fatores eram dominantes, muito excitantes; estavam ali.

Agora, o esgotamento dos regimes militares naquele momento. Bem, é difícil estabelecer relações de causa e efeito, mas havia um ambiente. Em primeiro lugar, apesar de estarmos na guerra fria, os Estados Unidos não estavam incentivando os golpes de Estado, os regimes militares. Ao contrário. A causa dos direitos humanos se havia fortalecido, e o governo dos Estados Unidos estava muito mais ativo nesse sentido. Mas não foram apenas causas unívocas. Isso porque, na Argentina, como dissemos há pouco, o episódio das Malvinas foi determinante. Ali aconteceu uma situação de catástrofe do exército argentino, basicamente do exército argentino, e que conduziu à abertura. Foi uma coisa desintegradora.

No Uruguai, eu diria que nossas Forças Armadas nunca tiveram vocação de permanência no poder. Assumiram a famosa teoria do bombeiro, não é? Existe um incêndio, apagamos o fogo e vamos embora. Essa foi sempre a sua doutrina. Por mais que a doutrina da segurança nacional estivesse presente em todos os países, como um conceito, oficialmente as Forças Armadas do Uruguai sempre tiveram a idéia de que sua permanência no poder era uma coisa transitória. Tão transitória que o golpe de Estado de 1973 manteve o presidente Bordaberry, um civil, e este, em determinado momento, propôs a dissolução dos partidos políticos uruguaios, o que gerou um confronto com as Forças Armadas, porque os militares diziam que isso era uma barbaridade, não podia ser. Os partidos deviam voltar. Diziam: “Bem, os partidos comunistas não, mas os demais partidos, sim”. E a situação chegou a tal ponto que eles acabaram depondo o presidente civil e colocaram no governo outro civil.

Mas depuseram-no e fizeram um importante comunicado, no qual disseram que não iriam assumir a responsabilidade histórica de dissolver partidos históricos, que não a assumiriam. Nunca houve uma vocação de permanência tão forte.

Talvez no Brasil tenha havido maior institucionalização. Acredito que sim; a coincidência na época é que naquele momento não havia uma onda de golpes de Estado, mas a onda que se levantara era totalmente contrária. A posição dos Estados Unidos era outra. Produziram-se, sim, um esgotamento de modelos, de situação econômica, alguns anos de crise.

Eu não diria que houve uma situação de causa e efeito: o esgotamento do modelo econômico em decorrência da queda dos sistemas militares. A meu juízo, os sistemas militares também se esgotaram. Esgotaram-se inclusive internamente, psicologicamente. No Uruguai, isso foi claro. A maioria dos militares diziam: “Não queremos mais saber de política, não é o nosso terreno, temos de chegar ao fim disso. O que queremos é terminar bem”. E esse foi o objeto da negociação: Terminar bem, terminar com dignidade, esse foi o objetivo, onde se definiram as coisas.

Agora, o que fica claro é que, quando ocorreu a irrupção democrática, já se tinha começado fortemente a debater, digamos, os modelos econômicos. Naquele momento, o debate parecia bastante, digamos, branco-e-preto. Esgotou-se o modelo de substituição de importações, esgotou-se o modelo de desenvolvimento para dentro. Foi a época do apogeu de Reagan e de Thatcher. Era então, obviamente, o momento da irrupção da chamada revolução neoliberal.

A verdade é que nenhum dos nossos governos adotou o programa neoliberal. Adotaram, sim, a abertura, mas não o programa neoliberal. Considerem que o Brasil continuou com inflação e hiperinflação, com grandes déficits fiscais. E não adotou nenhuma das medidas que a ortodoxia aconselhava. Continuou com 1 000% de inflação, mais ou menos, até o ano de 1993. O mesmo ocorreu com o governo Alfonsín. Passou por uma situação um pouco híbrida, que terminou inclusive com a grave crise que produziu seu afastamento. O próprio presidente deixou

o governo meses antes por causa da situação econômica. O que é verdade é que houve uma convicção comum de que o velho sistema, o velho modelo de substituição de importações estava esgotado, e de que se devia seguir um modelo, se não um modelo, pelo menos uma linha de maior abertura.

E a integração foi parte de nosso processo de abertura. E então nenhum dos três governos adotamos o modelo ortodoxo, que já tinha uma experiência que se diria vitoriosa no Chile. Ou seja, a abertura drástica já tinha sido feita no Chile. Então, o processo de integração aparecia como uma etapa intermediária. Diziam: “Temos de abrir, temos de ir para um mercado mundial. A questão não é desenvolvimento para dentro, é um esforço de exportação. Nossos países não vão crescer para dentro. Têm de crescer para fora. Claramente. E, para isso, têm de ter uma inserção competitiva”. Era essa a idéia. Eu não a chamaria modelo, porque modelo pressupõe algo mais hegeliano, muito mais armado, estruturado. Mas, claramente, era essa a idéia.

Em nosso caso, além disso, tínhamos uma tradição bastante longa de Estado de bem-estar. E sobretudo para nós, para o nosso partido, isso era ainda muito mais forte, porque tínhamos sido formados em todo um processo de intervencionismo do Estado etc., desde o início do século. Tratava-se, então, de uma questão de mudança, mas queríamos fazer uma mudança gradual, não uma mudança drástica. Por outro lado, também não concordávamos com uma abertura do tipo chileno. Por quê? Bem, porque sentíamos que a situação causaria muitos traumas na sociedade.

Conseguimos uma evolução bastante boa, com bom crescimento. O mesmo não aconteceu na Argentina. E, em consequência do desajuste cambial, logo veio o período de Menem, que então fez uma reforma drástica e implantou um processo de privatizações muito amplo, que no Uruguai nunca existiu, foi diferente. Não tivemos um processo de privatizações, mas de racionalização do Estado, até hoje. Fomos racionalizando até mesmo nossas empresas do Estado, porém não adotamos uma linha de privatização aberta. O importante, porém, é registrar esta idéia:

a integração fez parte da estratégia de abertura, ou seja, entre a abertura indiscriminada para o mundo e a abertura discriminada na região, optamos por dizer: “Vamos dar um primeiro passo de abertura na região”. Aí vinha o segundo debate: “Bem, mas então que faremos? Um neoprotecionismo? Mudamos a muralha de proteção da fronteira nacional para a fronteira regional?” Dissemos: “Não, a idéia é criar um espaço econômico grande, que gere uma maior economia de escala, e que essa maior economia de escala nos permita inserirmo-nos no mundo e podermos competir melhor”. Bem, foi essa a idéia, foram esses os propósitos, e isso nos leva às colocações que se nos propõem para o futuro.

Eu diria que a situação, ou, melhor, o esquema tradicional de Primeiro Mundo, Segundo Mundo, Terceiro Mundo, desapareceu, obviamente, depois do fenômeno da queda do muro de Berlim, porque diretamente não temos mais Segundo Mundo. Mas isso não quer dizer que não existam países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Isso é um fato. Ou, para dizer em termos mais simples, à maneira de Adam Smith, riqueza e pobreza. Isso está claro, é um fato. E o nosso desafio nos dias de hoje é este: Como aumentar nossa capacidade científica e tecnológica? É esse o nosso problema. Na exportação de *commodities* não vislumbramos o futuro. Mesmo no mundo da agricultura, está claro que temos de partir para uma exportação agrícola de maior qualidade, que incorpore mais tecnologia, que trate de valorizar o produto. É esse o grande desafio. Gerar dentro de nossos países uma ciência própria é difícil. Mas também não podemos renunciar a isso e temos de aplicar todo o esforço político e diplomático para tentar chegar o mais possível a isso.

Temos depois o grande problema da democracia representativa e o desenvolvimento econômico, como dois fenômenos paralelos. Essa é uma questão sobre a qual poderíamos falar um seminário inteiro. Não resta dúvida de que a democracia moderna está mudando. Montesquieu falava do poder executivo e do poder legislativo. O judiciário era um poder menor. Acho que hoje tudo isso está mudado. É claro que o século que passou foi o século do poder executivo. O século XIX, o século dos

parlamentos; o século XX, o do executivo. Os parlamentos hoje são olhados como o clube dos políticos, onde se discorre, fala, discute, e no mundo de hoje, baseado no tempo real da televisão, é visto como um ateneu lento e ineficiente. E isso ocorre no mundo desenvolvido, ocorre na Europa, ocorre em toda a parte. Infelizmente, é assim. Em contrapartida, a justiça emergiu como uma força muito grande. Há um processo de judicialização da política e, por via de consequência, há uma politização da justiça. Isto é, todos os conflitos políticos que o sistema político não pode resolver são transferidos para a justiça. Como resultado, a justiça passa a ter um poder de arbitragem política muito forte, como tem na Europa, como tem em nosso país. Na Espanha, não se sabe quem faz a política externa, se o Ministério das Relações Exteriores ou o juiz Garzón. Em todo caso, o juiz Garzón cria por toda a parte amigos e inimigos da Espanha. Não se sabe se isso coincide com os interesses da chancelaria espanhola. Mas, digo, esses são fatores. E em seguida temos, na representação, um novo ator, que não foi imaginado por Montesquieu, mas que é o poder de representação maior: são os meios de comunicação. Qualquer parlamentar do mundo a quem se proponha escolher entre uma hora de tempo no Parlamento, duas horas para um grande discurso, ou três minutos no noticiário principal da televisão, sem dúvida escolherá os três minutos. Quero dizer que a representação, a essência que nutre a representação está no meio de comunicação, e não no Parlamento. Ou seja, quem não estiver na mídia não existe do ponto de vista político. E aí está o cerne da chamada crise de representação, que é um fator bastante poderoso.

E o problema é que os meios de comunicação, especialmente a televisão, que é aquele que predomina, não estimulam o discurso racional, o debate racional. É a imagem fugaz. E a democracia, em última instância, é um projeto de racionalidade. Essa é a nossa dificuldade. A dificuldade de conseguir uma conformidade e uma satisfação. E no mundo inteiro percebe-se o chamado “desencanto democrático”, como o chamam alguns. José Marabal, o grande tratadista espanhol, chama-o “o

cinismo democrático”, porque, diz, estamos todos de acordo com a democracia, mas ninguém, nem participamos da democracia, nem militamos nos partidos políticos, ou militamos cada vez menos, vamos cada vez menos aos comícios, ninguém vai a uma assembleia de nada, aqueles que andam nas ruas com bandeiras, como estou vendo estes dias em São Paulo, são todos pagos, todos eles, porque não há mais aqueles entusiastas como nós fomos quando tínhamos 18 anos... Bem, o que é isto, então? Marabal o chama o cinismo democrático. E esse é o problema. Esse é um problema bem sério que não podemos deixar de lado. Bem sério. Porque temos de aprender também que não podemos cair na armadilha dos anos 60. A democracia formal não é suficiente, o que importa são os direitos sociais, o que importa é se há fome ou não há fome... Essa foi a armadilha dos anos 60. Que alimentou o impulso guerrilheiro, e acabamos perdendo a democracia, perdemos a paz, e tivemos mais fome ainda. Então é preciso ter muito cuidado para não tornar a enredar-se nesse simplismo.

Eu diria, então, que o esforço democrático continua sendo um programa muito importante, para o qual devemos estar voltados por meio da reflexão, pelos meios de comunicação, pela ação. Nos últimos tempos dediquei-me muito a esse assunto, a falar, a escrever, porque realmente acredito que existe um problema sério.

Agora, em nossos países, como o senhor disse, acredito que houve avanços inegáveis. Nós, que sem dúvida estamos longe de ser os mais poderosos do Mercosul, temos crescido em todos esses anos. De 1985 a 2000, a economia do Uruguai cresceu 65%. Sessenta por cento ou 65%, dependendo dos critérios de medida. Isto é, crescemos a uns 3% *per capita* durante quinze anos seguidos. E a distribuição da renda melhorou. Em termos percentuais, estamos ao lado da Dinamarca, o que não é má companhia. Naturalmente, não temos o produto da Dinamarca para dividir, mas pelo menos dividimo-lo em proporções semelhantes.

Todavia, o Brasil não melhorou sua distribuição, mas apresentou melhoras muito expressivas: melhoraram os indicadores da educação, melhorou o índice de mortalidade infantil. São aspectos aos quais sempre

dei muito valor, porque são muito expressivos. Em 1990, o índice de mortalidade infantil no Brasil chegava a 65 por mil; o nosso era de vinte e tantos por mil; 20 por mil em 1990. Hoje o Brasil está em torno de 30 por mil, a metade; nós também temos um pouco menos de 15 por mil. Isto é, foi possível avançar no terreno social. São avanços inegáveis. Mas também é verdade que precisamos continuar crescendo, porque, se não crescermos, não vamos poder continuar distribuindo. Além disso, temos o desafio de um mundo muito mais competitivo, temos um problema agrícola sério, uma questão industrial igualmente grave, o problema da inserção na chamada “nova economia”, um problema sério também. Nosso povo se preocupa facilmente com a questão da informatização, a questão da Internet, mas também é verdade que é uma elite... Bom, aí ganhamos ou perdemos.

LUCIANO COUTINHO:

Sr. presidente Sanguinetti, é uma imensa satisfação tomar parte deste depoimento. Tive oportunidade, no governo Sarney, de participar dos primeiros entendimentos, não só entre o Brasil e a Argentina, mas também entre o Brasil e o Uruguai. Tenho grandes amigos em Montevideu e muitos dos economistas uruguaios, que freqüentaram... vários fizeram doutorado na Unicamp, e me mantêm vinculado à sociedade, à política e à economia do Uruguai. Tenho grande admiração pela forma como o Uruguai se conduziu ao longo dos anos 80 e especialmente nos anos 90. O Uruguai, como ficou claro agora, na sua resposta ao professor Gilberto Dupas, o Uruguai não entrou nas armadilhas; o Uruguai não embarcou na grande armadilha do neoliberalismo destrutivo que o governo Menem empreendeu com tanto empenho na Argentina e o governo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, um pouco depois. O Uruguai manteve uma política macroeconômica muito sensata. O Uruguai manteve sempre o sistema de câmbio flutuante razoavelmente estável. O Uruguai jamais incorreu em déficits em conta corrente elevados. O Uruguai não incorreu em processo de endividamento externo de

grande magnitude. Manteve a dívida doméstica relativamente sob controle. Tivesse a política macroeconômica argentina e a brasileira se pautado pela política uruguaia dos anos 80 e até 90, os dois países estariam certamente em melhor situação. Tampouco o Uruguai embarcou no furor privatizante de forma impensada e sem estratégia de futuro, tal como foi feito no caso da Argentina e do Brasil. Por isso, Presidente, tenho grande admiração pelo seu país, pela sua liderança e pelas outras lideranças do Uruguai. Dito isto, queria ouvir de Vossa Excelência algumas perspectivas, a partir de hoje, sobre a economia uruguaia e as suas relações com o Brasil particularmente. No comércio com o Brasil, o Uruguai é um supridor de produtos agropecuários e agroindustriais, alguns manufaturados na área têxtil, na cadeia láctea; e o Brasil exporta para o Uruguai toda a sorte de manufaturados. O comércio entre o Uruguai e o Brasil esteve em geral equilibrado até que a sobrevalorização cambial brasileira presenteou os sócios do Mercosul com um grande déficit que durou quatro anos. O déficit de um bilhão e meio..., um bilhão e pouco de dólares ao ano. Com a Argentina um déficit maior. E este movimento foi quebrado com a desvalorização brasileira de 1999. E aí a balança do Brasil com o Mercosul inverteu-se e, especialmente, a balança do Brasil com o Uruguai inverteu-se. E especialmente neste ano de 2000... Neste ano de 2000, Presidente, o déficit do Uruguai ou o contrário, o superávit brasileiro com o Uruguai, é um superávit que me parece desproporcionalmente alto. Um superávit de duzentos milhões de dólares do Brasil contra o Uruguai nos primeiros seis meses do ano 2000 provavelmente renderá até o final do ano um superávit de quase quatrocentos milhões de dólares para o Brasil. Quer dizer: isso, dentro das contas deficitárias brasileiras, representa uma contribuição importante no comércio bilateral para o Brasil, mas me parece exagerado do ângulo do Uruguai.

Isso recoloca, então, uma questão importante. A questão de como criar uma engenharia econômica que leve adiante a integração dentro do Mercosul sem que se possa pensar políticas de desenvolvimento indus-

trial, tecnológico, agrícola, coerentemente integradas e pensadas em conjunto. Há uma certa resistência brasileira e argentina a pensar em políticas industriais e a repensar estratégias de desenvolvimento porque ambos padeceram e ainda padecem da doença do neoliberalismo ingênuo. Mas eu acho que essa fase está mudando e é preciso retomar a reflexão sobre o desenvolvimento. E a minha pergunta é: Se faz sentido do ângulo do Uruguai que se pense numa divisão de trabalho mais bem planejada entre as economias do Mercosul e, se assim for, qual deveria ser a estrutura institucional. E me parece que o avanço da integração, sr. Presidente, do meu ponto de vista, requereria uma estrutura institucional própria e muito mais sólida para o Mercosul, e o Brasil e a diplomacia brasileira deveriam... – e essa uma questão que eu colocaria para o próprio Brasil – o próprio governo brasileiro deveria pensar mais a sério. Essa é uma questão de reflexão para o futuro. A outra questão, também de reflexão para o futuro e que vem dessa percepção, diz respeito à questão de como pensar a integração e a continuidade deste projeto, do qual o senhor foi um dos fundadores, sem pensar na questão da integração monetária. A monetária, *de la moneda*. A Argentina avançou rumo à dolarização de forma infeliz porque o dólar é inadequado à Argentina enquanto moeda comercial, dado o fato de que a Argentina tem a maior parte dos seus mercados, de suas exportações, voltada para a Comunidade Européia. Assim é também o perfil brasileiro. É, entretanto, muito difícil imaginar um processo de desenlace do sistema argentino da sua paridade com o dólar. Mas eu creio que será inevitável essa ruptura mais cedo ou mais tarde. O Brasil e o Uruguai... O Uruguai desde sempre tem adotado o sistema de flutuação cambial que parece, tem parecido ser mais eficiente, mais saudável, mormente no caso uruguaio, em que o déficit em conta corrente é mais reduzido e, portanto, é uma economia de vulnerabilidade mais baixa. A questão é a seguinte: Faz sentido repensar... pensar numa moeda comum Mercosul? Faz sentido que essa moeda comum Mercosul seja uma moeda flutuante para fora do bloco, mas fixa dentro do bloco? O Uruguai enquanto um *tertius* eqüidistante, necessariamente

por tradição e por função, do Brasil e da Argentina, está numa posição excepcionalmente propícia e oportuna para ser um bom conselheiro a respeito de um projeto que caminhe nessa direção. São essas duas provocações que queria lhe fazer.

JULIO MARÍA SANGUINETTI:

Parece-me claro que a primeira coisa que temos de fazer é o fortalecimento institucional. Não podemos imaginar as próximas etapas com as fraquezas institucionais que ainda temos hoje. Isso aponta, fundamentalmente, para as harmonias e compatibilidades macroeconômicas. Eu, no meu modo de pensar, acho que a questão monetária vai ser consequência e não causa da harmonização macroeconômica. Em outras palavras, dar o passo da moeda sem uma harmonia macroeconômica seria suicídio. Quero dizer, o problema é ver como fazemos o que o presidente Cardoso chamou de “pequeno Maastricht”, ou seja, como podemos fazer um acordo em que fixemos determinados parâmetros, de déficit fiscal, de taxas de juros, etc. etc. e nos atenhamos a esse esquema. Na Europa isso deu trabalho, mas eles conseguiram. Aqui também deve ser possível consegui-lo. Enquanto não conquistarmos isso, acho que estaremos numa situação de grande fragilidade, de grande fragilidade.

Não lhes escondo que, no final de 1997, numa reunião de nosso Conselho de Ministros, nosso ministro do Planejamento, que é um grande economista, nos fez uma longa exposição sobre a situação do Brasil, e sobre as características que teria o ajuste em consequência do déficit fiscal. Disse ele que o Brasil iria continuar pagando juros cada vez mais altos, até que um dia ocorreria a crise cambial. Então, a dúvida era a seguinte: se isso quem iria fazer era o Estado ou o mercado, se iria acontecer antes ou depois das eleições. Em suma, estávamos muito preocupados com todas essas questões. Sabíamos que o Brasil iria, necessariamente, para uma situação de ajuste. E tratamos de nos preparar. Infelizmente, aconteceu o pior para nós. Porque isso se deu depois das eleições aqui no Brasil e no meio do nosso ano eleitoral. Por sorte

ganhamos as eleições. Mas acho que foi um milagre, e eu, que sou agnóstico, quase passei a acreditar em Deus... Em segundo lugar, não foi o Estado que o fez, mas o mercado. E, conseqüentemente, fê-lo de uma maneira turbulenta. E gerou para nós uma situação difícil. Mas acho que isso já está passando, já está passando. Nós, na verdade, comparando o tipo de câmbio com o nível de inflação dos preços no atacado, no ano passado desvalorizamos a moeda em 7%, e acho que este ano vai ser igual. E assim vamos nos equilibrando lentamente.

Naturalmente, há setores da produção que exigem uma desvalorização brusca. O governo tem sido contrário a isso, e nós também fomos contra, concordamos, porque, bem, a economia está altamente dolarizada. E então o problema não é com as empresas, mas com a pessoa. Porque o trabalhador deve uma motocicleta, deve um pequeno carro, deve sua casa, e deve em dólares. Por isso, uma grande desvalorização significaria uma crise social. Assim, acho que temos de continuar com esse tipo de ajustes, e acredito que com isso havemos de ter flexibilidade. Mas não há dúvida, insisto: primeiro, temos de criar uma burocracia técnica mais forte do que aquela que temos hoje. Obcecados para não repetir Bruxelas, não temos nada. Então, cada um aparece com sua pasta, mas um com visão Brasil, outro com visão Uruguai. Temos de superar isso, alguém tem de se apresentar com uma pasta com visão Mercosul. Temos de criar um corpo de técnicos que assuma essa questão e que acabemos com “Compre Uruguai” ou “Importe Uruguai”, ou “Compre Argentina”, porque isso é um desastre. Precisamos pensar em termos de Mercosul. Tem-se de criar uma pequena burocracia técnica que pense essas questões.

Em segundo lugar, acho que temos de constituir o quanto antes os tribunais, a justiça, para que os conflitos privados sejam resolvidos diante de um tribunal de justiça, e as pessoas se acostumem com essa idéia.

Em terceiro lugar, acredito que temos de consolidar muito mais o Grupo de Coordenação Macroeconômica; essa é a chave do problema. Os ministros de Economia e os presidentes do Banco Central têm de produzir não apenas reuniões, mas sistemas. Hoje vivemos uma fase de informa-

ção, de maior transparência, mas eles têm de falar claramente, e gerar realmente concordâncias macroeconômicas. Caso contrário, é inútil falar de moeda; este é o ponto. De modo que acho que a coisa vai por aí.

ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA:

Presidente Sanguinetti, é um grande prazer estar com o senhor novamente. Tive o privilégio de tê-lo na nossa abertura do plenário anual em Punta del Este, há dois anos atrás, quando assumi a presidência internacional do Ceal (Conselho de Empresários da América Latina). Eu certamente me encontro entre alguns brasileiros que, nos últimos sete a oito anos, têm dedicado uma parcela importante do seu tempo à causa da integração. Seja no nível do Mercosul, evidentemente, que foi o meu território preferido, mas também em toda a América Latina. E acho que, nesses sete a oito anos, consegui alguns resultados importantes: uma maior aproximação dentro do Mercosul, uma aproximação recente muito maior com o México, até com a América Central. Tentamos incorporar mais os paraguaios dentro do Mercosul, os empresários paraguaios.

Recapitulando um pouco sua visão do Mercosul, que ontem também tive oportunidade de assistir no *Roda Viva*, fica muito claro que o senhor privilegia, na sua visão do Mercosul, uma visão política. O Mercosul, na sua engenharia, nasceu como uma base de sustentação política e, em seguida, com uma visão estratégica. O Mercosul realmente... ele, do ponto de vista dos países que o compõem, representa uma base estratégica extremamente importante num mundo complexo, globalizado, onde nós, apresentando-nos em bloco, temos uma força muito maior do que se nos apresentássemos isoladamente. O senhor mencionou que, malgrado todas as dificuldades que aqui foram apresentadas, olha o futuro com otimismo e o senhor referiu que o ano de 1999, na sua opinião, foi talvez um ano-chave.

Sendo um pouco provocativo, como meus companheiros que me antecederam, e não dizendo que essa é a minha opinião, mas colocando um pouco em discussão, algumas pessoas acham que o ano 2000 não está

sendo menos difícil do que foi o de 1999. Explico. Em 1999, o senhor tinha três atenuantes, chamemos assim. De um lado, o Brasil realmente saindo do sistema cambial que adotava e partindo para uma flutuação que provocou um grande temor, um pânico entre os seus parceiros, pânico que mais tarde se mostrou injustificado e, em segundo lugar, o senhor tinha todo um processo de mudanças de governo que criavam uma inibição no diálogo, quer dizer, a diplomacia brasileira, o presidente Fernando Henrique Cardoso, que já estava estabelecido, e a sua diplomacia não sentiam nos seus pares uma capacidade de diálogo que pudesse contornar as crises. Qual o porquê das crises? As crises aconteceram basicamente porque, malgrado a visão estratégica e política do Mercosul, na realidade o Mercosul acabou consolidando-se e tornando-se uma vitrine, uma plataforma importante, por causa dos resultados comerciais. Os resultados comerciais é que impulsionaram o Mercosul. Esses resultados comerciais foram caracterizados por dois momentos diferentes.

Primeiro, o plano de conversibilidade argentina que supervalorizou a moeda do país e, conseqüentemente, estimulou brutalmente as importações para a Argentina, e a recíproca, como disse o professor Luciano Coutinho, quando tivemos o Plano Real e tivemos o efeito inverso. Passadas essas duas fases, o que vimos é que o contencioso dos dois países na área comercial começou a aumentar. Vieram as crises: a crise asiática, a crise russa, antes a crise mexicana, e o que vimos foi que essa visão estratégica do Mercosul ficou extremamente enfraquecida. Os países, ao invés de atuarem em conjunto para solucionar a crise... foi o que se chama no Brasil um “salve-se quem puder”. Cada um com suas políticas próprias e não convergindo em termos de buscar uma solução. Bom... olhava-se o ano 2000 dentro de uma visão otimista. O presidente De la Rúa, eleito, antes até de cumprimentar sua família, pega o avião e vem visitar o presidente Fernando Henrique Cardoso, numa demonstração de afeto e de importância do Mercosul. E assim por diante... Na prática, o que estamos vendo é que, infelizmente, os litígios comerciais estão muito longe de ser resolvidos. Na realidade, esses litígios comer-

ciais acabam dando aos problemas do Mercosul uma dimensão muito maior do que eles têm na prática. Por exemplo, vamos pegar o caso dos frangos, que é um caso que está novamente na ordem do dia. Sabe quanto representa a exportação de frangos do Brasil para a Argentina? Cinquenta milhões de dólares! Quer dizer, por cinquenta milhões de dólares se faz um... – desculpe a má palavra – um carnaval, um atrito, envolvem-se presidentes, ministros de Relações Exteriores, chancelarias... Cinquenta milhões de dólares... Quando estamos falando de uma visão estratégica! Temos discussões pela frente importantíssimas... a Alca... o que é que vamos fazer com a União Européia. Íamos ter uma reunião do Mercosul e do European Business Forum em outubro... em setembro agora, em Buenos Aires... os europeus cancelaram. Por quê? Porque não vêm campo muito amplo, muito importante para discutir... Acham que é um pouco perda de tempo.

Então, olhando os problemas atuais e aí, fechando com a reunião que tivemos do Ceal em Brasília, agora no começo de setembro, tivemos um debate muito interessante que eu chamei de “os quatro tenores”. Porque juntamos Domingos Cavallo, Pedro Aspi, Foxley, do Chile, e José Serra, que foram os primeiros a participar, há dez anos atrás, do que se chamou uma troca de idéias sobre o futuro da nossa região. E, olhando retrospectivamente, fizemos avanços incríveis. Mas em termos de Mercosul você sai dessa reunião mais com dúvidas do que com certezas. Por exemplo, o Domingos Cavallo, sempre polêmico, diz o seguinte: “Olha, eu acho que estamos perdendo tempo com uma união aduaneira. Devíamos recuar, fortalecer uma zona de livre comércio e daí então... quem sabe mais tarde... fazer uma coisa mais ampla. A união aduaneira foi uma camisa-de-força que foi imposta aos nossos países que, ao invés de trazer soluções, nos está trazendo mais problemas”. Os paraguaios, sentados no final, levantam-se entusiasticamente e aplaudem isso com uma veemência que não dá margem a nenhuma dúvida. Eu, colocando-me no lugar do Paraguai, posso até entender que a visão dele, estratégica, do Mercosul, quando tem que pagar tarifas externas que talvez não pagasse ou não

pague hoje por outras razões, quer dizer... fica numa margem de dúvida muito grande. Então, Presidente, quer dizer... o seu sucessor não tem dado nenhuma indicação que eu pudesse, pelo menos na posição que ocupei até a semana retrasada, o seu sucessor não tem dado nenhuma manifestação de simpatia em relação ao Mercosul. Ao contrário, tem dado manifestações que são muito mais simpáticas, quem sabe, a queimarmos uma etapa e irmos direto para a Alca, ou não? Quer dizer, a idéia de abandonarmos a união aduaneira e fortalecermos uma zona de livre comércio... Aí, a pergunta seguinte que se faz é se tem algum mérito o Mercosul, porque, evidentemente, então seria melhor partir diretamente para a Alca. Então, Presidente, comungando do seu otimismo e sendo cavaleiro da integração, eu diria ao senhor que estamos diante de situações que requerem de todos os protagonistas, de todos os atores que têm voz importante, que façam um grande empenho, um grande trabalho para não perdermos o espaço conquistado. Eu acho que o humor que vejo hoje na Argentina e no Uruguai não é o humor que eu gostaria de ver. Muito obrigado!

JULIO MARÍA SANGUINETTI:

Para começar, digo que compartilho totalmente da visão de que não se pode contemplar um grande projeto estratégico, nacional, e regional, e até hemisférico, a partir da perspectiva de um mau momento. Tampouco se poderia encará-lo a partir da perspectiva de um bom momento. Porém, nos bons momentos, todos temos bom humor e olhamos as coisas com boa vontade, o comércio está crescendo, mas é um momento em que às vezes não pensamos que isso não vai continuar igual a vida toda e deveríamos, então, tomar outros cuidados.

Eu, pessoalmente, sou bastante otimista quanto ao que foi alcançado, quanto à liberalização comercial. Como o senhor disse, estamos debatendo o "frango", que não é nada no conjunto. É verdade, não é nada. Mas acho que isso é o que desnuda a realidade de um comércio que é muito importante. Em 1º de janeiro deste ano, o Uruguai já chegou a 0% de tarifa alfandegária dentro da região, e há um ano já haviam chegado a isso a

Argentina e o Brasil. E há um universo de produtos que estão circulando livremente. As cifras do comércio são expressivas, estamos falando de mil e tantos, quase dois mil produtos que estão sendo comercializados. E os debates giram em torno de dois ou três, não mais. Quer dizer, então, que tudo funcionou bem.

Se devemos complicar-nos, ou não... Acho que a zona de livre comércio, bem, sim... temos a exceção dos automóveis e a exceção do açúcar. Acho que isso vai ser resolvido. O automóvel, bem, é uma questão de negociação no mundo inteiro. É na Europa, no Japão, nos Estados Unidos, em toda a parte. Os Estados Unidos fazem reuniões de cúpula com o Japão, e negociam cotas, como nos anos 50 ou 60. Apesar de tudo o que se diz sobre o livre comércio. A verdade é essa.

Acho que avançamos extraordinariamente no que se refere à zona de livre comércio. A união aduaneira? Bem, a união aduaneira é um passo muito importante rumo ao mercado comum, e acredito que aqui estou tocando numa questão de fundo que o senhor abordou, e dizia que eu via o projeto Mercosul em termos fundamentalmente políticos. Eu acho que não. Se transmiti essa idéia, foi porque não me expressei bem. Acho que o esforço Mercosul foi o paralelismo. Democracia e integração. E que a integração, concebemo-la também como parte da política econômica. Isto é, a integração estava vinculada à questão da abertura econômica. Quer dizer, era nosso modo de abertura. Isso significa que houve uma dupla visão, política e econômica.

Agora, esse ano, 1999, me parece que foi o pior; em 2000, as coisas continuam mal, e acho que vão continuar assim, porque vão continuar mal para o mundo. Porque com esse problema do petróleo não sei, definitivamente, o que vai acontecer. Assim, o problema aqui não é o Mercosul, é um problema de outro tipo. Porque, definitivamente, a Argentina tem petróleo, mas não vive do petróleo. E se hoje em dia as grandes locomotivas do mundo, que são os Estados Unidos e a Europa, estão reduzindo neste momento suas velocidades, todos vamos pagar caro. Esse, sim, é que é o problema, porque os Estados Unidos estão há 12 anos

crescendo de forma ininterrupta e a uma taxa extraordinária. É o período mais longo de crescimento da sua história. De modo que, se isso começar a paralisar, todos nós vamos pagar. E com isso já saímos do tema Mercosul.

Concordo com o senhor que estamos discutindo e aumentando questões pequenas. E os governos se vêm cercados, são enfrentados um pouco por reações de suas próprias opiniões públicas. Mas ninguém abandonou o projeto, ninguém precisa ter uma visão afirmativa. Acho que, fora do barulho, fora do ruído os debates não discutem a essência.

Estamos discutindo visões muito particulares. E disso são culpados não apenas os governos, mas também os empresários..., também os empresários que muitas vezes vêm tudo apenas com o olho de seu produto. Mas eu compreendo. Para aquele que exporta copos, bem, para ele é 100% o objetivo. Para nós, de imediato, é um por mil, mas para ele é 100% e grita alto. Mas isso temos de matizar mais. Assim, não acredito que isso nos fará mudar essa visão estratégica.

DÉCIO ZYLBERSZTAJN:

Sr. Presidente, creio que ouvimos suas colocações acerca do tema de aperfeiçoamento institucional no Mercosul e com as quais estou completamente de acordo. E quero insistir em tangenciar essa questão, porque aparentemente ela motivou os colegas que me precederam e, portanto, ainda é um aspecto muito sensível.

Todos concordamos com a necessidade de consolidação institucional. Entretanto, pouco falamos a respeito do que significa essa consolidação. Eu gostaria muito de ouvir o sr. Presidente fazer alguma consideração a respeito, efetivamente, do que significa a consolidação institucional agora, uma vez que passamos pelo histórico que o senhor tão bem apresentou: as democracias estão aí, etc., mas agora estamos falando de outros elementos. E eu pediria para o sr. Presidente situar, dentro da sua análise, o papel do Uruguai. Aparentemente, o Uruguai ao longo dos anos, tem... algumas pessoas... algumas lideranças no Uruguai têm

tentado criar em torno desse país um papel preponderante como elemento integrador, balanceador, das disputas. Eu queria ouvir do Presidente se este ainda é um projeto nacional no Uruguai.

O meu segundo ponto tem a ver, na verdade, com a razão fundamental da minha presença aqui. Eu atuo na área de agronegócios. Coordeno um programa de agronegócios na Universidade de São Paulo, que na verdade é parte de uma rede internacional, e temos contatos com o Uruguai, com a Argentina... fortemente Europa e Estados Unidos. No que tange à questão dos agronegócios, sr. Presidente, eu vejo e tenho discutido no seu país, e terei o prazer de estar ainda em novembro com produtores uruguaios, fico tentando entender o que é o modelo uruguaio dentro da área dos agronegócios. Se olharmos o perfil da produção entre a lã, a carne, o arroz e o leite, podemos entender que, em cada um desses produtos, o Uruguai enfrenta tremendas barreiras como nós enfrentamos, ou como o Mercosul enfrenta. Seja na lã, seja no leite, seja na carne, seja no arroz, e outros produtos possivelmente terão algo similar a dizer. Então, eu fico me perguntando: Qual é o grande projeto uruguaio no sentido do fortalecimento do seu agronegócio? Vejo dois caminhos e pediria, gostaria muito de ouvir os seus comentários.

Existe um caminho que..., vamos dizer, um caminho satisfeito com a situação atual. Pequenos aperfeiçoamentos do Mercosul podem significar uma amplificação dos mercados no Brasil e na Argentina. Crescimento moderado nos nossos países podem fazer um efeito bastante positivo para o Uruguai. Esse é um caminho, digamos, é uma percepção. Existe uma outra percepção. Eu colocaria três, não duas. Essa é uma de acomodação. Uma segunda percepção seria focalizada no modelo Nova Zelândia. Onde o país decide, embora seja um pequeno país, em muitos aspectos com similaridades com o Uruguai, decide ser um grande *player* no mercado de leite internacional. E joga pesado nessa direção. Um terceiro caminho, e sobre esse, especialmente, sr. Presidente, eu gostaria muito de ouvir o seu comentário, seria o caminho de um país que pode olhar ao seu redor e pretender ser forte na área dos agronegócios, mas

como um prestador de serviços. Eu chamaria esse o modelo holandês, em cujas cifras de exportação internacional aparecem vários números que fazem referência à sua presença, embora saibamos que a Holanda não é um país produtor.

E aí eu pergunto: Será que o Uruguai pode vir a exercer um papel como agente prestador de serviços, seja no setor financeiro, em outros aspectos ligados ao agronegócio dentro do bloco? Então pediria, eu gostaria muito de ouvir o seu comentário sobre esse eventual modelo no seu país. Obrigado!

JULIO MARÍA SANGUINETTI:

Fortalecimento institucional? O que significa? A meu ver, quer dizer, por ordem de importância, fortalecimento do grupo de coordenação macro-econômica, ou seja, bancos centrais e ministérios da economia, em primeiro lugar. Fortalecimento. O que significa? Bem, institucionalização muito mais forte do que agora, comunicação permanente, tomada de decisões coordenada. Segundo, desenvolvimento de um secretaria técnica, ou como queiramos chamar, mais forte do que temos hoje. Terceiro, criação de órgãos jurisdicionais de resolução de controvérsias. Penso que hoje seria na questão do fortalecimento institucional que teríamos de avançar.

O papel do Uruguai. Isso já se discutiu muito no Uruguai. Quando o Uruguai entrou no Mercosul, houve um certo debate, e uma certa vacilação. De 1985 a 1990, movia-nos o impulso da integração, da integração... Até que, no ano de 1991, 1990 e 1991, há um “embalo” forte da Argentina e do Brasil. E no Uruguai acontece como que uma paralisação. Surgem então duas correntes de economistas. Uns diziam: “Não, não tem sentido associarmos-nos com os pobres. Para nos associarmos e correremos o risco da integração, abramos como fez o Chile e associemo-nos com os ricos”. Outra corrente dizia: “Não, temos de continuar com esse projeto, que tem muito mais lógica e vai ser muito melhor para o Uruguai”. Baseavam-se eles em duas idéias. Primeiro, em que, se não podíamos competir na região, nunca iríamos poder competir no mundo.

E, segundo, que o Uruguai tinha o desafio de um tecido social bastante organizado, consequência de um velho Estado de bem-estar, que havia gerado muitas instituições sociais. Então, uma abertura brusca iria colocar em crise o sistema social. Bem, finalmente, optou-se pela segunda tendência, e foi então que o Uruguai ingressou no Mercosul.

Mas houve um debate, houve um debate naquele momento, inclusive dentro do próprio governo. No governo do doutor Lacalle, essa discussão se deu entre seus próprios funcionários. Finalmente, optou-se pelo caminho que se vinha seguindo, e foi o que se seguiu. E acho que isso foi muito importante.

No Uruguai, fala-se historicamente de política pendular. E nós, a partir de 1985, abandonamos essa política pendular. Dizíamos que o Uruguai tinha de fazer uma política de “dobradiça”. Ou seja, não era mais pendular, mas dobradiça, temos de nos articular o tempo todo. Por quê? Porque já não se podia continuar do jeito que vínhamos. Porque também o Brasil e a Argentina não eram mais líderes hegemônicos nem titulares de eixos internacionais. A brecha com o mundo desenvolvido era grande demais. Ou organizávamos aqui uma região relativamente forte... ou não íamos chegar a lugar nenhum, nem mesmo os maiores. Então a idéia da dobradiça foi o conceito do papel do Uruguai.

Terceiro, vem a questão do modelo dos agronegócios. Bem, este ainda é hoje um tema candente. E é difícil discuti-lo de forma racional, essa é a verdade. Estamos aqui em âmbito privado, discutindo e analisando. Por quê? Bem, porque no mundo agrícola há uma grande sensação de crise. Há uma queda forte dos preços agrícolas internacionais. O mercado brasileiro, que era a grande saída para muitos produtos da agricultura, passou por dificuldades, os números diminuíram. Então, aconteceu um grande debate... na Argentina, no Uruguai... sobre toda essa questão. E as visões divergiram. Uma questão são os produtos que se exportam para o mundo. Outra são os produtos que são dependentes do Mercosul.

Produtos que se exportam para o mundo. Tradicionalmente, carne, lã e, mais recentemente, frutas, basicamente cítricos, produtos lácteos e

produtos florestais, que passaram a ser cada vez mais importantes no Uruguai, depois do manejo florestal. E, por outro lado, aqueles produtos que são “mercodependentes”. É o caso do arroz, o caso da cevada, também boa parte dos produtos lácteos. E há muita discussão sobre isso. Além disso, os senhores vêem o Uruguai como uma região aparentemente muito homogênea, com uma pradaria muito bonita, quando se olha do avião. Mas o senhor que faz parte do negócio agrário sabe que, por trás dessa paisagem bucólica e tão verde, há zonas de fertilidade muito diferente. Todo o nosso Norte é uma zona basáltica, com pouquíssima terra fértil, com rendimentos agrícolas relativamente baixos. E temos lá situações bastante difíceis de produtividade.

Tudo isso está em debate. Tudo isso está hoje em debate. Naturalmente, muita gente defende o *status quo* atual, na medida em que pensa que nele pode sobreviver. Por exemplo, os produtores de cana-de-açúcar, que dizem: “Bom, tomara que tudo isso continue assim, porque vamos sobreviver”. A meu ver, isso não tem muito futuro. Outros produtores tradicionais de carne e de lã, que trabalham com métodos tradicionais, eles também dizem: “Tomara que possam nos ajudar”, e exigem que o Estado os ajude a continuar fazendo a mesma coisa. Penso que isso também não tem futuro. O Estado não vai poder ajudá-los mais do que já está ajudando. A não ser que começasse a conceder subsídios diretos, a injetar dinheiro, a fazer o que criticamos com relação à França. Acho que não é esse o caminho também, e o *status quo* não vai funcionar.

Então, aí ficamos a meio caminho entre a Nova Zelândia e a Holanda, para usar a sua colocação. Eu, particularmente, acho que muito mais na situação da Holanda. Por quê? Porque acho que, para as características do Uruguai, que é um país com uma população relativamente pequena, com um crescimento demográfico baixo, mas com um nível cultural relativamente alto, com um acesso relativamente bom à educação e com um nível social também bastante elevado – sempre falamos de forma relativa, em termos comparativos – sua capacidade de ser bem-sucedido no setor de serviços é bastante clara. Quer dizer, existem os elementos de capacitação

para as finanças, para as áreas técnicas, para a informática... Em todos esses aspectos, poder trabalhar e se desenvolver bem. Seja no setor agrícola, seja no setor de serviços puros. Imagino, então, um desenvolvimento mais equilibrado a partir desse ponto de vista.

Agora, os debates. Uma coisa eles são quando os fazemos assim, num âmbito acadêmico, e outra quando ligamos a televisão e vemos o “telejornal”, não é? Porque então é uma gritaria. É o industrial que diz que está um desastre, que temos de desvalorizar, porque não pode exportar; o setor agrário diz que os impostos o estão devorando, que se tem de eliminar todos os impostos; um terceiro diz que uma desvalorização seria um desastre para os pobres... Parece um pouco como se fosse um debate entre loucos, mas isso acontece em todos os nossos países, infelizmente. Assim, temos de fazer um debate mais sereno. E hoje me parece que, no caso do Uruguai, algumas produções tradicionais já chegaram ao fim. A exportação de *commodities* já não dará mais respostas. Temos de tratar de conseguir o máximo de incorporação de elementos técnicos. Os produtos do leite, por exemplo. Bom, não deve ser mais leite em pó. Tem-se de pensar em produtos de maior qualidade industrial. O manejo florestal tem tido uma grande expansão. Já não é o caso também de exportar troncos de árvore, mas de ingressar numa etapa industrial. Penso que o Uruguai está preparado para isso, mas dentro de um modelo que seja equilibrado: comércio, porto, transporte, comunicações, informatização, finanças, agroindústria, agro de nichos de mercado, agro de *boutique*, poderíamos dizer assim, mas que, para dizê-lo de algum modo, mais do que agro de *commodities*, agro de *boutique*, produtos específicos de qualidade. E acho que deve ser esse o nosso objetivo. O nosso objetivo tem de ser a qualidade. Ou o Uruguai alcança a qualidade ou não vai alcançar nada, porque na quantidade ele nunca terá resposta.

HÉLIO MATTAR:

Presidente, é um prazer estar novamente com Vossa Excelência! Um político humanista, que privilegia o bom humor. O bom humor que

certamente é um sinal de humanidade e um sinal de mortalidade também. Precisamos rir para não morrer, não é? E o bom humor, aliás, o Presidente ontem nos contava uma historinha que vale a pena repetir. Ele dizia que já foi... que foi presidente da República por duas vezes, mas presidentes da República houve 38. Ele é presidente de honra do Peñarol e só houve nove presidentes de honra do Peñarol. Talvez seja mais importante a presidência de honra do Peñarol do que a presidência da República. Mas eu queria lhe colocar um pequeno preâmbulo e depois três questões. O preâmbulo tem origem nesse extraordinário desafio de integração do processo Mercosul num contexto em que diversos elementos de política entre os parceiros são absolutamente distintos. Para citar alguns deles, a dependência do capital externo talvez seja algo comum a todos, mas dificulta a integração. As divergências de política externa são extraordinárias. O descompasso de objetivo da política de desenvolvimento, o próprio sucesso do Uruguai nas suas políticas sociais dos últimos vinte anos, mostram diferenças de direção muito grandes em políticas de desenvolvimento. A enorme assimetria no desenvolvimento econômico, a independência dos sistemas produtivos entre si, lá na origem, representava um grande desafio. A permanência de níveis inaceitáveis de pobreza e de exclusão em vários países, e uma dificuldade extraordinária de estabelecer um capitalismo de base regional, fundamentalmente com empresários locais. Esses elementos pontuavam o desafio de integração há nove anos atrás. O Aldo Ferrer chegou a dizer de alguns desses desafios – ele menciona quatro deles – que são os pecados originais do Mercosul. E, sem resolver esses pecados originais, a integração estaria fadada ao insucesso.

Olhando nove anos depois, podemos ver que, de fato, criou-se uma certa interdependência do sistema produtivo regional, embora essa interdependência tenha criado, concomitantemente, enormes desconfortos no empresariado e nos governos com relação a essa interdependência. O que na verdade indica uma certa falta de confiança entre os próprios atores do sistema econômico e do sistema político. E, se a gente analisar os demais

itens, praticamente em todos eles persistiram divergências. Houve velocidades distintas e alinhamentos distintos na política externa durante esses nove anos. Continua forte a dependência do capital externo. Continuam fortes as assimetrias econômicas e de desenvolvimento, e assim por diante. Principalmente, persiste entre os parceiros um baixo nível de confiança na continuidade da integração e da interdependência do sistema produtivo.

Coloco, então, três questões, três perguntas, e talvez três afirmações.

A primeira delas diz respeito à questão de expandir ou aprofundar o Mercosul. Não quero colocar isso dicotomicamente, na medida em que, na minha visão, provavelmente precisemos fazer as duas coisas. Mas como fazer as duas coisas? Aprofundar com todas as dificuldades que temos de assimetrias e divergências de políticas e, ao mesmo tempo, expandir quando estamos expandindo na direção do Chile, por exemplo, onde as dificuldades de tarifas externas são ainda mais acentuadas do que as dificuldades que tivemos originalmente com os países... com os quatro países originais. Na verdade, o elemento complicador no processo de expandir e aprofundar é a escassez de diplomacia que temos nos nossos países. Basta sentarmos em uma reunião da Alca... e eu me lembro de ter me sentado em algumas reuniões como membro do governo e nós do Brasil nos sentávamos com três ou quatro pessoas e os Estados Unidos traziam quarenta para tratar do mesmo tema. E vinham com papéis de posição absolutamente profundos a respeito de qualquer tema. Então, a escassez de recursos diplomáticos e a escassez de recursos de representação empresarial e mesmo de representação política, são um desafio enorme. Pergunta: Qual a sua visão com relação a expandir e aprofundar?

A segunda questão que eu colocaria é que vários dos que falaram antes de mim apontaram as dificuldades conjunturais. O próprio Presidente coloca estas questões. Eu me pergunto se a dificuldade conjuntural não reside na ausência de uma perspectiva de longo prazo para o Mercosul? Uma perspectiva de longo prazo, na minha visão, seria um antídoto

natural para as divergências de curto prazo e para as perdas de curto prazo. Elas temperariam... a perspectiva poderia temperar as negociações políticas e as negociações diplomáticas. Mas não creio, Presidente, que seja qualquer perspectiva. O Presidente mencionou a necessidade da coordenação macroeconômica. E aqui, nesta segunda pergunta, eu lhe colocaria a necessidade da coordenação microeconômica, à qual tem-se dado pouca importância. Coordenação microeconômica no sentido de integrar as cadeias produtivas dos vários países, definir com clareza complementaridades e especializações dentro daquilo que é competitivo em cada país. Estabelecer este processo de complementação e especialização ligado a objetivos de desenvolvimento do Mercosul, e não a objetivos de desenvolvimento de cada um dos países. Falta esta visão. Pergunto ao Presidente como é que ele veria o estabelecimento dessa perspectiva e se ela teria este peso que eu pessoalmente lhe estou dando.

E o terceiro elemento é na construção dessa perspectiva. Na minha visão, existe a necessidade de forte envolvimento da sociedade civil. A sociedade civil tem sido envolvida na conjuntura. Os empresários têm sido chamados a discutir a conjuntura: o problema do frango, o problema do têxtil, o problema do calçado. Agora, não há frango, têxtil e calçado que dê jeito numa falta de perspectiva de longo prazo. Uma perspectiva que possa temperar as negociações de curto prazo. Então, eu diria, de um lado dar protagonismo ao empresariado na negociação da grande visão futura e mesmo da visão de aprofundamento e expectativas, penso que seria um caminho, e pergunto a visão do Presidente.

Nesta visão tríplice de expansão e aprofundamento, criação de perspectiva e envolvimento da sociedade civil eu veria a possibilidade de criar, aí sim, um grande projeto de Mercosul. Um projeto que não seria um projeto da diplomacia como tem tendido a ser em vários momentos, não seria um projeto dos presidentes dos países, mas seria um projeto das sociedades desses quatro países. Definindo aonde se vai chegar, o que é que se está buscando, o que é que se está disposto a perder, que é fundamental definir; onde investir, como investir, como distribuir as

especializações e as complementações, fazendo uma mobilização tanto de governos quanto de empresários. Na estrutura institucional do Mercosul temos diversos grupos técnicos: grupo técnico de investimento, de política industrial, de normatização, etc. Esses grupos, Presidente, na minha visão, estão absolutamente soltos porque não existe esta visão maior sob a qual esses grupos operem. Esta visão permitiria, como gosta o meu ministro Celso Lafer, permitiria aumentar o nível de racionalidade nas decisões políticas e nas decisões conjunturais.

JULIO MARÍA SANGUINETTI:

A Europa tem resolvido esses problemas conforme a demanda. O momento da moeda foi o momento de “aprofundar”. O momento de absorver ou de se aproximar da Europa do Leste foi um momento de expandir, mas acabou sendo mais difícil do que se esperava. Eu, pessoalmente, penso que, com relação ao Mercosul, a questão é “aprofundar”, e não expandir. Digo isso com toda a clareza.

Por quê? Porque expandir para além do horizonte de quatro mais dois é reproduzir a Alalc ou a Aladi... é a mesma coisa. O Mercosul é mais do que isso, ou não é Mercosul. O Mercosul é um projeto de integração, que tem como objetivo a criação de uma zona de livre comércio, uma união aduaneira, uma integração, que já seria a comunicação entre todos os fatores de produção e do intercâmbio de pessoas... um projeto com personalidade política para fora, o desenvolvimento de uma política comercial comum. Portanto, nossa idéia do Mercosul é esta. Ainda estamos na metade do caminho, e temos tido dificuldades. Acho que pensar hoje em expandir o Mercosul significa paralisá-lo ou torná-lo mais lento. Isso não quer dizer que não haja diplomacia, que não haja relações políticas e culturais com o resto da América, isso seria um absurdo. O que afirmo é que temos de dar prioridade ao aprofundamento do Mercosul. Se não conseguirmos melhorar esses aspectos que mencionamos há pouco, vamos terminar reproduzindo a Aladi, com suas vantagens, mas também com suas enormes limitações.

Coordenação macro, eu já havia dito que era fundamental por sua capacidade expansiva. A coordenação macro não é condição suficiente, mas é necessária. Sem ela a coordenação micro também não funcionará, porque as visões particulares da economia estarão por demais influenciadas pelo desequilíbrio. Julgo que não são incompatíveis; acho até que devemos fazer coordenação macro e micro. Isso acontece em nossos países. Houve época em que só pensávamos em micro; depois veio a moda de considerar somente a macro; e agora acho que temos uma visão mais equilibrada. A macro é o equilíbrio dos fatores gerais, é o pano de fundo. Mas logo teremos de tornar as coisas mais concretas.

A sociedade civil em geral. Bem, acho que é esta a questão, não é? E me refiro à sociedade civil em seu sentido mais amplo. Sociedade civil, que são os jornais, os meios de comunicação, as universidades, os partidos políticos, as ONGs, os sindicatos de empresários e de trabalhadores. Essa sociedade, no ano de 1991, 1992, 1993, assumiu o projeto Mercosul, muito claramente no Uruguai, bastante claramente na Argentina, com menos visibilidade no Brasil. Bastava ler os jornais. Era lógico. Para o Uruguai, isso representava 50% do comércio; para o Brasil era 10%, hoje deve ser 15%, algo em torno disso. E para a Argentina, digamos, 30%. Para nós, porém, era a própria vida. No Uruguai não se falava de outra coisa, apenas de Mercosul, porque era um debate existencial. Podíamos ir bem ou ir mal. Se fosse mal, seria um desastre nacional. Para o Brasil, não. Então, as visões eram um pouco diferentes. Por isso, o processo foi muito debatido em nossa sociedade. No Brasil, menos. Na Argentina, um pouco mais. Porque se sentia que era um grande empenho nacional.

Nos últimos tempos, tudo foi obscurecido pelas borrascas dos debates particulares, dessas disputas comerciais particulares, do mau momento da economia, mas acredito que hoje temos de retomar esse debate. No âmbito acadêmico e no círculo dos meios de comunicação. Temos de pensar, de uma vez por todas, que este é um grande projeto comercial, econômico, político e, sobretudo, de civilização. Falta-nos ainda o

ingrediente cultural, que, na minha opinião, representa uma força enorme. Em suma, se estamos todos reunidos aqui, é porque havia um substrato histórico, um substrato social, um substrato de gente, que fazia parte do mesmo processo histórico. E isso não foi mostrado com suficiente clareza. Assim, resta ainda muita coisa para fazer, e será uma tarefa de todos nós consegui-lo. Se essa consciência não se regenerar, estaremos perdidos debatendo frangos com arroz. Porque sempre haverá um interesse particular que reduzirá o alcance desses grandes objetivos. É muito mais do que tudo isso. São realmente perspectivas de civilização.

MARIA INÊS MIGLIACCIO:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de dividir uma mesa com grandes homens e particularmente com um grande estadista, como é Julio María Sanguinetti. Em relação ao grande projeto Mercosul, gostaria de fazer uma abertura. As grandes idéias persistem, apesar de partirem de um homem, elas subsistem. Necessitam de uma alimentação, como é o evento que temos aqui hoje, que se propõe exatamente isso. Gostaria de lembrar, na visão histórica do Mercosul, que um passo decisivo foi dado no dia 6 de julho de 1990, pelos presidentes Collor e Menem. Outro grande impulso foi dado em 1994. Na época, o presidente do Brasil era Itamar Franco. Isso é apenas uma prova de que as idéias, as grandes idéias, persistem apesar dos defeitos dos homens que envolvem o projeto.

É um projeto que implica união. União cujo objetivo é a fortaleza. A fortaleza implica o conhecimento das debilidades dos seus membros. Unem-se para serem mais fortes. E se necessitam de se unir para isso é porque demonstram debilidades. Sanguinetti, o presidente Sanguinetti, nos disse que parte importante disso é a educação. Porque eu só posso reconhecer essas debilidades quando as conheço.

Então, gostaria de saber, além de uma amostra neste processo educativo como este evento, o que o Sanguinetti, o que o presidente Sanguinetti, teria em mente num plano mais dirigido. Como sou da imprensa, gostaria

de saber, ouvir das suas próprias palavras, o papel da imprensa. Qual a expectativa do Uruguai, qual a expectativa de Sanguinetti, por exemplo, em relação à imprensa brasileira nesse processo.

E por fim, creio que o caro Hélio Mattar já deve ter meio que perguntado isto, mas eu gostaria de insistir. Nós visamos com o Mercosul um respeito próprio. Não adianta exigirmos fora deste bloco o respeito se entre nós não nos respeitamos. Mas, tendo em vista o outro, é um estímulo pensar o que buscamos. Eu gostaria de saber se, em sua mente, Sanguinetti, existem algumas instituições envolvendo concretamente a União Européia, os Estados Unidos acima de nós. Estados Unidos, os grandes Estados Unidos; quer dizer, se o senhor tem em mente por onde andar, em que caminhar. Por exemplo, se o senhor pensasse concretamente em visitar uma instituição para fazer um evento como esse, a quem recorreria fora do Uruguai? Fora do âmbito Mercosul?

JULIO MARÍA SANGUINETTI:

Existem várias questões dentro dessa pergunta. Para mim, a questão da educação continua sendo fundamental, está na base do desenvolvimento de nossos países. Muito além da questão Mercosul em si. Por quê? Bem, porque vivemos na famosa sociedade do conhecimento, assim se chama a sociedade atual. E é evidente que nossos países, que hoje não são geradores de ciência própria, têm de gerar, ou pelo menos formar pessoas capazes de adaptar a ciência, de adaptar a tecnologia, para fazer com que a educação seja realmente o instrumento de desenvolvimento sem o qual não podemos imaginar nada no futuro.

Este é um tecido de relações. Menciona-se a imprensa. Creio que a imprensa é uma das instituições fundamentais de hoje. Hoje nada se pode fazer sem a mídia. Com certeza, a janela para o mundo pela qual a população vê a realidade é a tela da televisão. Isso tanto podemos considerar muito bom quanto muito ruim, mas é um fato. Às vezes vemos as questões de maneira ideológica, e falamos de globalização, e alguns a consideram uma maravilha. Dizem que nos basta sentar e esperar como

chegam até nós os bens da globalização; outros a rejeitam, e dizem que é uma coisa satânica... E a globalização não é uma ideologia, é um fato. Porque o computador é um fato, o *microchip* é um fato, os satélites são um fato, a Internet é um fato, simplesmente. São fatos técnicos. E a imprensa... – e destaco a televisão, porque é o meio que mais atinge as massas – não é o melhor veículo para um debate dessa natureza. Mas, às vezes, podemos ter, como tivemos ontem à noite, um debate sério na televisão, para provocar idéias e gerar pensamentos. Mas a imprensa é fundamental. A imprensa é fundamental, além disso, para situar e relativizar as coisas. Sou um velho jornalista, e estamos sempre envolvidos com questões como: Qual é a função da imprensa? Objetivo não se pode ser, porque não existe objetividade na imprensa. Por que não existe objetividade? Porque todos dependemos de uma escala de valores. É como o historiador. O historiador não pode ser objetivo. Porque, se for marxista, dará mais valor a certos fatos econômicos, e um historiador liberal dará mais valor a certas idéias e aos sistemas políticos. Quer dizer, respondemos a uma visão. Um jornal também. Com as mesmas notícias podemos fazer dois jornais diferentes. Para mim o mais importante pode ser uma notícia de ontem sobre o nível de escolaridade no ensino secundário; para outro é o preço do petróleo, e para outro, a derrota numa partida de futebol nas Olimpíadas. E todos os fatos aconteceram, mas qual é a manchete, qual é a segunda, qual é a outra?

Então, acredito que a imprensa tem um papel extraordinário a desempenhar também. Porque ela às vezes produz também uma sensação, digamos, de cerco, como que de opressão. Os governos sentem-se encurralados quando vêem títulos como “Acontece tal coisa com o frango”. Quem ganha e quem perde com isso, ganhou o Brasil, perdeu a Argentina, o Uruguai ganhou? Isso é terrível... A culpa não é da imprensa, mas digo que são fatos sobre os quais ela também deve meditar. Sobre o que é e o que não é importante. Temos de mostrar para a imprensa, lhe dizer: “Olhe, senhor, para nós isso é mais importante do que aquilo. O senhor pode opinar o que quiser, porque é livre, porém acreditamos que

isso é mais importante do que aquilo”. É essa a nossa tarefa. Às vezes os governos também nos deixamos arrastar, os políticos se deixam arrastar para esses conflitos, as direções sindicais empresariais também; são muito de não olhar todos os... de repente, os dois bilhões de dólares que estão sendo comercializados hoje entre um país e outro, e discutimos os 20, porque os 20 são o grande conflito, porque os que estão comerciando bem não vão protestar na assembléia, mas aquele que está complicado é esse que grita. Não podemos considerar apenas isso. Acho que devemos levar em conta o conjunto das coisas...

A senhora disse “instituições que teriam de olhar para fora”. Bem, acredito que definitivamente a fonte de inspiração – não para copiar mas para inspirar – tem sido a União Européia, e é para esse setor de instituições que temos de olhar com relação ao Mercosul. Acredito que esse é nosso horizonte, o tipo de instrumento. Não é exatamente igual, e talvez não seja nunca, mas é para esse horizonte que devemos olhar, e são as instituições das quais mais podemos recolher alguma coisa. Quando se pensa no que era a Europa há poucos anos atrás, a Europa das guerras, a França e a Alemanha, a guerra de 70, a guerra de 14, a de 39, e se pensa na França e na Alemanha hoje, trabalhando juntas; quando se pensa que o marco e o franco hoje estão reunidos no euro... Com os britânicos é diferente, porque eles são uma ilha, foram império, mas a partir de uma ilha, e essa categoria histórica da ilha ainda está muito presente na mentalidade britânica. Por isso, é um pouco mais difícil para eles, mas é extraordinário.

Nós não tivemos de fazer uma integração contra a história, mas a favor da história. Essa sempre foi uma região muito unida. Tivemos a tragédia da Guerra do Paraguai, na qual três dos nossos países enfrentaram um outro, mas esta tem sido uma região de paz, temos tido um século de paz. A Europa, ao contrário, teve um século de guerras terríveis. Então, o quanto todos esses Estados tiveram de superar? E os senhores vêm aqui como às vezes surge um reflexo nacionalista, não é? Imediatamente, as pessoas dizem: “Não, isso compromete a soberania”. Mas que soberania? Que soberania se hoje no mundo dominam as patentes, a ciência, os *know-*

hows? Então, onde julgamos a soberania? A soberania, não a julgamos num tribunal, nem num debate como esse. Vamos julgá-la realmente no fato de possuímos os elementos para nos desenvolvermos. Vendo as coisas dessa perspectiva, acho que a Europa é a grande fonte de instituições para as quais devemos olhar.

CELSO LAFER:

Presidente, como o senhor disse, a globalização é um fato. Ela encurtou os espaços e acelerou os tempos, inclusive com fundamento na inovação tecnológica. O impacto do tempo das nossas sociedades é diferenciado. Há o tempo financeiro, que é um tempo *on-line*, que afeta as economias emergentes e que é um dos grandes problemas do câmbio e da harmonização de políticas macroeconômicas. Há o tempo da mídia, e o senhor acabou de lidar com este assunto, que é também um tempo *on-line*. Há o tempo econômico, que é um tempo mais lento, que é o do ciclo da produção e do investimento. Há o tempo político, que obedece ao calendário eleitoral, à lógica dos partidos e, num país como o Brasil, ao equilíbrio federativo. Há o tempo diplomático, que é também um tempo de outra natureza; é o tempo das negociações e também o das forças profundas da história e da geografia. A sincronização desses tempos é o grande desafio que se coloca para qualquer homem público. O senhor teve uma experiência rica e densa: duas vezes presidente, ministro, enfrentou os problemas da redemocratização, de duas eleições, enfrentou o problema das negociações. Qual é, a essa altura dos acontecimentos, em que o senhor está tendo uma oportunidade de parar para pensar, a destilação da sua experiência sobre como lidar com esses tempos todos?

JULIO MARÍA SANGUINETTI:

Essa é a própria essência da política. A política é uma arte de equilibrar tempos para poder realmente administrar e tornar inevitáveis as oportunidades que se nos apresentam. Eu diria que a essência da grande política seria esta: tornar inevitável a oportunidade que se nos apresenta.

Nesse terreno estamos vivendo um mundo muito difícil. Por quê? Porque o fenômeno da globalização nasce nos meios de comunicação. Em consequência: onde se projeta? Primeiramente, na mídia e, depois, nas finanças. É onde se trabalha mais rápido. Os processos econômicos são claramente mais lentos, e os políticos mais lentos ainda, porque não estão somente em termos eleitorais, mas também em termos de idéias. As próprias ciências sociais estão hoje trabalhando com um instrumental antigo para lidar com problemas novos. E é muito difícil entender os fenômenos, inclusive os fenômenos sociais. Até pouco tempo atrás os fenômenos de pobreza, nós os medíamos em termos praticamente quantitativos. Dizíamos: temos o problema da saúde, o da educação, o da expectativa de vida... e isso era pobreza. Ou não. E hoje vemos que a pobreza tem significados diferentes. Surgiu o conceito cultural de “exclusão”. Temos, digamos, “velhos pobres” e “novos pobres”. O que denominaríamos o velho conceito de pobreza era basicamente econômico. O novo conceito de pobreza, o chamado de exclusão, é basicamente cultural. E hoje toda a civilização mostra novos problemas de exclusão. Quem são os novos pobres, digamos, dos nossos países? Os que perdem a batalha cultural. São aqueles que ficaram para trás, que não conseguiram mudar. Vemos isso no mundo agrícola, que mencionamos antes. Vemos pequenos produtores de leite. Bem, tentamos promovê-los, para que saíssem da velha vacaria convencional. Alguns conseguiram, outros fracassaram, e acabaram indo para a periferia das cidades para trabalhar como podem, naquilo que podem. E, na Europa, quem é esse novo pobre, ou quem é esse excluído? O imigrante. Aquele imigrante que chega do norte da África, do Marrocos, ou da Argélia, e vai para a Espanha ou para França, e causa tantos problemas, e provoca tantas reações étnicas. Tudo isso estamos analisando com instrumentos por vezes bastante antigos, ultrapassados. Como dizíamos há pouco a respeito do Parlamento e dos meios de comunicação. Aqui fazemos uma eleição, passamos um ano em campanha, tudo bem, elege-se um prefeito, elege-se um governador, e seis meses depois saem duas pesquisas de opinião, que dizem que sua

popularidade baixou e que ele já não representa ninguém. Como não representa ninguém se a gente votou nele? E o elegeu para um mandato? E o escolheu para um determinado período? Esperem para ver como foi o período, como vão ser os quatro ou cinco anos de gestão. No dia seguinte aparece outra pesquisa: “Melhorou. Ah! o governo está melhor”. É como analisar um doente com o termômetro, não é? E ficamos loucos com tudo isso. E todos temos culpa. Não têm culpa os que fazem as pesquisas, nem a mídia pela qual as divulgamos, porque os primeiros que acabam ficando loucos por causa das pesquisas são os próprios políticos. Passamos o tempo estudando pesquisas: Hoje subi, amanhã descí... Mas isso não pode ser tanto assim. Não se pode governar de olho nas pesquisas. Um governo pressupõe um projeto, uma idéia, um balanço no final da gestão, e não essa agonia. Portanto, parte da crise de representação de que falávamos é isso. A cidadania baseia-se no conceito histórico de nação e de um corpo eleitoral que o expressa. Agora temos um monstro sem nome que se chama opinião pública. Não é a cidadania, é a opinião pública e se expressa por meio de pesquisas. Então, a opinião aceita isso, rejeita aquilo. E isso é e não é... É um instrumento, mas, eu digo, não precisamos dar-lhe tanta importância, supervalorizá-lo.

Todas essas questões, eu acredito que hoje, realmente, são aquelas com que temos de lidar. E isso é a arte da política, ver como podemos equilibrar os tempos, como podemos ir conseguindo resultados. Nesses tempos que não são simples, nesses tempos que não são iguais, e nos quais a luta já não é travada no terreno onde era travada antes. Durante anos a riqueza foi a terra. Nós, em nossos países, vimos os grandes senhores feudais, digamos, eram os senhores da terra. Depois vieram o Barão de Mauá e os grandes burgueses, que estabeleceram a propriedade na indústria. Mais tarde vieram as finanças, e agora temos os Bill Gates e demais donos do conhecimento. E os donos dos meios de comunicação e todos esses fatores. Portanto, isso nos mostra que a riqueza mudou. Continuamos a medir o PIB mais ou menos da mesma maneira, mas não sei até que ponto vamos ter de ir corrigindo esses números também, para que reflitam esses

outros valores, que às vezes são dinheiro e outras vezes não. Pensem nisso. O quanto significou – em termos econômicos, quem poderia medir? – o quanto significou a divulgação dos comportamentos, dos hábitos de consumo e do modo de vida da sociedade norte-americana através do predomínio de sua televisão e de seu cinema, nos últimos dez anos?

Todos sabemos que é muito importante; não sabemos quanto, mas por meio disso se difundiu uma civilização que mudou a todos nós. Passamos a usar jeans, a usar as mesmas roupas de brim azul, e a comer hambúrgueres. E isso chegou como? Chegou através de um meio cultural. E como repercutiu? Bem, algum dia também o Brasil saberá o quanto a telenovela brasileira contribuiu para sua imagem. Eu, pessoalmente, acredito que muito, e bem. A telenovela brasileira é uma das grandes criações culturais da América Latina.

Bom, vamos parar de divagar, mas acho que essas são grandes questões, grandes problemas que são a arte da política. Ver como tentamos interpretar os tempos, para poder avançar e realizar esses nossos objetivos.

GILBERTO DUPAS:

Vimos os dois últimos elementos de política industrial que tínhamos – que eram conteúdo nacional e cota de exportação – um já foi proibido e o outro em fase de ser proibido pela OMC (Organização Mundial do Comércio), pela questão das TRIMs. Então, na realidade, esses dois últimos instrumentos se irão e nos sobrarão realmente a coisa da fragmentação das cadeias produtivas que vão buscar nos nossos países onde melhor podem produzir e, se pudermos ser competitivos, sistemicamente, ótimo! Se não pudermos, azar!

Essa questão é complicada porque ela bate um pouco com essa discussão de otimismo e pessimismo, que me parece muito complexa. Se de um lado há um político, se obriga a ser otimista. Eu lembro sempre do Walter Benjamin, que trabalhou com os dois modelos. A imagem dele do anjo da história, que era uma imagem profundamente pessimista da

destruição, e ao mesmo tempo ele, dialeticamente, dizia que a cada conjunto de gerações há um momento em que a gente pensa que o mundo vai acabar. E o mundo não acaba. E continua. E de vez em quando a gente se sente nesse momento; talvez, de certa forma, hoje, alguns estejam se sentindo assim.

Mas, sem dúvida, o espaço para que os Estados nacionais administrem as suas políticas de desenvolvimento está diminuindo. E, ao mesmo tempo, para que lidem com os problemas sociais também, porque isso exige desses Estados, basicamente, orçamentos equilibrados, contenção de gastos, e os cortes normalmente são na área social. Então, a máquina do Estado, a Previdência, é mais difícil de cortar. Sobram, justamente no momento em que os Estados deveriam ter um papel maior para sustentar os efeitos negativos da globalização, sobram Estados vazios. Então, a questão do papel dos Estados nacionais, nessa fase de globalização, me parece uma questão muito importante, sobre a qual eu queria ouvir a sua opinião.

E, rapidamente, já que se falou aqui de educação várias vezes, e o senhor usou a expressão “a batalha democrática nesse momento é a educação”, eu lhe faria uma provocação. Eu estou de acordo: a educação é cada vez mais necessária para a disputa de um espaço no crescimento mundial. Mas, infelizmente, ela é absolutamente insuficiente. Se hoje tivéssemos a capacidade de formar mais 40 mil advogados por ano, teríamos mais 40 mil *office-boys* por ano disputando o mercado de motoqueiros, porque, na realidade, a educação não garante o desenvolvimento. Ela é uma condição para esse desenvolvimento, mas, por si só, infelizmente, acho que esta é uma grande armadilha das teses neoliberais. O que ainda existe por aí sobrando das teses neoliberais é que a educação é a solução. Eu acho que isso é uma afirmação importante no sentido da condição necessária, mas perigosa no sentido da condição suficiente.

E, finalmente, a questão da mídia. Não é que a mídia hoje seja poder. A mídia sempre foi poder. Lembro sempre de uma história interessante, que se passou entre o Hurst, famoso dono do império da mídia norte-

americana, e o Theodore Roosevelt, o primeiro. Roosevelt era candidato à reeleição, e o Hurst já tinha sido candidato a governador de um estado e tinha perdido, mas tinha pretensões políticas e vai fazer uma visita ao Theodore na Casa Branca. Chega de carruagem no portão lateral, entra pela porta sem ser anunciado, força a porta do gabinete presidencial. O mordomo, assustado, sai correndo em busca do presidente. Quando este chega, encontra Hurst já sentado na cadeira do próprio presidente. O presidente alarma-se. Quando Hurst se põe de pé, o presidente dá uma ombrada para conseguir sentar-se na própria cadeira. Senta-se e oferece a cadeira de frente para o Hurst. Este, de imediato, disse ao presidente: “Olha! Acabei de descobrir uma corrupção grande de uma companhia de petróleo que explora o México e que está financiando sua campanha. Fique claro que eu sei disso e posso divulgar amanhã. Agora vamos conversar”.

Então, essa relação entre a mídia e o poder, eu acho que é muito antiga e, na realidade, hoje ela mudou de feição, ficou muito mais complexa, muito mais sutil, mas de qualquer forma a mídia pauta os assuntos mundiais. Nós estávamos naquele encontro de Brasília, preparatório para a reunião dos presidentes, encontro mais acadêmico, etc., e alguém se levantou e disse: “Olha! Nós podemos dizer o que quisermos aqui, mas o *New York Times* só vai publicar assuntos referentes a drogas, meio ambiente e menor abandonado”. É uma tirania da mídia que define pautas e, portanto, define poder. Então, repasso esses três temas: o papel do Estado, essa provocação com relação à educação e, finalmente, como é que o senhor vê o poder da mídia e a articulação da mídia com relação aos grupos de poder hoje na América Latina?

JULIO MARÍA SANGUINETTI:

O Estado mudou muitos de seus papéis, mas, a meu juízo, não mudou seu papel de instrumento fundamental de organização da sociedade e de construção do que poderíamos chamar “a nova arquitetura” ou “as novas instituições”. O Estado continua tendo um papel indispensável, mesmo

em termos econômicos, como dizia Adam Smith. Vamos recorrer ao mestre da economia liberal; ele dizia: "Cada empresário é um projeto de monopolista". E isso é lógico, porque a lógica comercial máxima estabelece que o monopólio é o melhor modo de comerciar para o empresário. Se o Estado não garante o mercado, não haverá mercado, haverá monopólios. Isso é evidente. Assim, até que ponto estão erradas aquelas concepções ingênuas do Estado mínimo? Eu, pessoalmente, acho que são ingênuas; o Estado desempenha um papel fundamental. Há aqueles que afirmam outras coisas, acreditam que o Estado tende a desaparecer. Há livros e livros sobre o assunto... Do japonês Omae e de tantos outros escritores que falam do Estado.

Creio que o Estado mudou muito seus papéis, mas não perdeu sua transcendência. Não vivemos em época de planejamento, não, porque a realidade mostrou que era muito mais rica e imaginativa do que qualquer planejador, e isso mudou. Mas o Estado continua sendo, não um Estado produtor, mas um Estado garante. É o Estado que garante os equilíbrios da economia, é o Estado que garante os equilíbrios da sociedade, e é o único que pode manter hoje os elementos de articulação de uma sociedade. Moradia para os pobres, educação para os pobres, saúde para os pobres, isso o mercado nunca vai dar. Quer dizer que esses são papéis imprescindíveis do Estado.

E isso nos leva à questão da educação. Eu acho que a questão da educação não é apenas dizer: formamos profissionais. Acredito que a questão da educação é uma questão de cultura geral, de aptidão, de desenvolvimento dos conhecimentos básicos para continuar interpretando, entendendo o mundo. Aí, obviamente, quando se tem... uma coisa é falar da educação no abstrato e outra é falar de políticas educacionais. Nós, por exemplo. Nossa opção nos últimos cinco anos foi uma opção política. Por quê? Porque privilegiamos o ensino para a criança de quatro e cinco anos de idade. E acreditávamos que, para o Uruguai, o fundamental era que 100% das crianças de quatro anos de idade estivessem dentro do sistema escolar. Por quê? Porque todas as pesquisas nos diziam que as

crianças de quatro e cinco anos que não entram no sistema com essa idade dificilmente têm acesso a ele depois. Por isso, elaboramos um programa muito forte de desenvolvimento da pré-escola, e apostamos nele. Alguns diziam: dever-se-ia aplicar alguns investimentos no ensino terciário. Bem, a nossa foi uma opção de equidade democrática. E felizmente tivemos êxito. Em 2000, conseguimos colocar 100% das crianças de quatro e cinco anos no sistema escolar. Era uma coisa muito difícil, porque muitas dessas crianças provinham das famílias mais pobres, portanto, com um nível cultural mais baixo, com menor capacidade para entender isso. Mas tivemos êxito. E acho que isso dará ao país uma possibilidade muito importante.

Também iniciamos, nessa época, uma escola em dois horários, em período integral, que está se propagando cada vez mais em todos os bairros mais carentes; e, combinando o ensino pré-escolar com a escola em período integral, acredito que vamos fazer uma inversão democrática importante. Por conseguinte, acho que está aí a base do sistema e isso, por mais voltas que dermos, teremos de terminar.

A mídia, os meios de comunicação, como o senhor disse, sim, tiveram uma relação sempre importante, mas nunca foi tão forte como hoje. Por quê? Pela centralidade. O *homo videns*, de que fala Giovanni Sartori, não?, é dessa época. O lugar agora é ao redor da televisão. Passamos 300 mil anos em volta do fogo, mas temos 40 em volta da televisão. E quem manda na casa é quem tem o controle remoto. Esse é o poder. O pai é esse. De repente é o mais jovem da casa quem manda. E acho que a centralidade do fenômeno televisivo não pode ser discutida hoje. Não se pode discuti-la, porque é uma relação diferente de qualquer época anterior.

E a massividade do fenômeno. Quando a democracia era uma democracia de elites e somente alguns poucos é que votavam, o jornal era muito importante. Os comentários de *The Federalist*, de Jefferson, chegavam a dez mil pessoas que discutiam. E quantos votavam nos Estados Unidos? Pouquíssimos. Hoje ainda são poucos os que votam. Naquela época, votavam pouquíssimos.

em termos econômicos, como dizia Adam Smith. Vamos recorrer ao mestre da economia liberal; ele dizia: “Cada empresário é um projeto de monopolista”. E isso é lógico, porque a lógica comercial máxima estabelece que o monopólio é o melhor modo de comerciar para o empresário. Se o Estado não garante o mercado, não haverá mercado, haverá monopólios. Isso é evidente. Assim, até que ponto estão erradas aquelas concepções ingênuas do Estado mínimo? Eu, pessoalmente, acho que são ingênuas; o Estado desempenha um papel fundamental. Há aqueles que afirmam outras coisas, acreditam que o Estado tende a desaparecer. Há livros e livros sobre o assunto... Do japonês Omae e de tantos outros escritores que falam do Estado.

Creio que o Estado mudou muito seus papéis, mas não perdeu sua transcendência. Não vivemos em época de planejamento, não, porque a realidade mostrou que era muito mais rica e imaginativa do que qualquer planejador, e isso mudou. Mas o Estado continua sendo, não um Estado produtor, mas um Estado garante. É o Estado que garante os equilíbrios da economia, é o Estado que garante os equilíbrios da sociedade, e é o único que pode manter hoje os elementos de articulação de uma sociedade. Moradia para os pobres, educação para os pobres, saúde para os pobres, isso o mercado nunca vai dar. Quer dizer que esses são papéis imprescindíveis do Estado.

E isso nos leva à questão da educação. Eu acho que a questão da educação não é apenas dizer: formamos profissionais. Acredito que a questão da educação é uma questão de cultura geral, de aptidão, de desenvolvimento dos conhecimentos básicos para continuar interpretando, entendendo o mundo. Aí, obviamente, quando se tem... uma coisa é falar da educação no abstrato e outra é falar de políticas educacionais. Nós, por exemplo. Nossa opção nos últimos cinco anos foi uma opção política. Por quê? Porque privilegiamos o ensino para a criança de quatro e cinco anos de idade. E acreditávamos que, para o Uruguai, o fundamental era que 100% das crianças de quatro anos de idade estivessem dentro do sistema escolar. Por quê? Porque todas as pesquisas nos diziam que as

crianças de quatro e cinco anos que não entram no sistema com essa idade dificilmente têm acesso a ele depois. Por isso, elaboramos um programa muito forte de desenvolvimento da pré-escola, e apostamos nele. Alguns diziam: dever-se-ia aplicar alguns investimentos no ensino terciário. Bem, a nossa foi uma opção de equidade democrática. E felizmente tivemos êxito. Em 2000, conseguimos colocar 100% das crianças de quatro e cinco anos no sistema escolar. Era uma coisa muito difícil, porque muitas dessas crianças provinham das famílias mais pobres, portanto, com um nível cultural mais baixo, com menor capacidade para entender isso. Mas tivemos êxito. E acho que isso dará ao país uma possibilidade muito importante.

Também iniciamos, nessa época, uma escola em dois horários, em período integral, que está se propagando cada vez mais em todos os bairros mais carentes; e, combinando o ensino pré-escolar com a escola em período integral, acredito que vamos fazer uma inversão democrática importante. Por conseguinte, acho que está aí a base do sistema e isso, por mais voltas que dermos, teremos de terminar.

A mídia, os meios de comunicação, como o senhor disse, sim, tiveram uma relação sempre importante, mas nunca foi tão forte como hoje. Por quê? Pela centralidade. O *homo videns*, de que fala Giovanni Sartori, não?, é dessa época. O lugar agora é ao redor da televisão. Passamos 300 mil anos em volta do fogo, mas temos 40 em volta da televisão. E quem manda na casa é quem tem o controle remoto. Esse é o poder. O pai é esse. De repente é o mais jovem da casa quem manda. E acho que a centralidade do fenômeno televisivo não pode ser discutida hoje. Não se pode discuti-la, porque é uma relação diferente de qualquer época anterior.

E a massividade do fenômeno. Quando a democracia era uma democracia de elites e somente alguns poucos é que votavam, o jornal era muito importante. Os comentários de *The Federalist*, de Jefferson, chegavam a dez mil pessoas que discutiam. E quantos votavam nos Estados Unidos? Pouquíssimos. Hoje ainda são poucos os que votam. Naquela época, votavam pouquíssimos.

Hoje, nenhum outro meio de comunicação chega tanto às massas quanto a televisão. Portanto, mudou a relação. E essa é a questão. Essa é realmente a questão. A meu ver, tem-se de fazer aqui um grande debate ético, porque também não acredito que devamos regulamentar através de leis, nem acho que se possa regulamentar isso através de leis. Deve haver um grande debate ético sobre o valor e a força da comunicação.

RENATO PRADO GUIMARÃES:

Presidente, é um prazer imenso voltar a ouvi-lo. E, sobretudo, voltar a ouvi-lo sem angústia. Eu me recordo de uma vez até ter feito, ter cometido a audácia de fazer um reparo à sua oratória sabida e reconhecidamente maravilhosa. Porque o senhor, falando sempre de improviso, nos colocava naquela situação de quem, depois de muito tempo acostumado à televisão, vai ao estádio, vê o gol e espera o *replay*. Uma ocasião, o presidente Sanguinetti vinha ao Brasil em visita oficial, era 1996..., 1994..., 1994, e eu estive buscando nas nossas coleções, material de recortes, os discursos que ele havia feito dez anos antes, em outra viagem oficial ao Brasil. E a minha frustração crescia na medida em que encontrava recortes. Era algo assim. Eu lhe mostrei inclusive a pasta de recortes sobre os discursos que ele tinha feito no Brasil. Ontem, na Fiesp, ele fez um discurso extraordinário. No Palácio Itamaraty fez um discurso maravilhoso. Foi aplaudidíssimo e tudo o mais. Só que eu não encontrava o discurso. Então, hoje, aqui, eu me sinto bem porque isso está sendo gravado. Está sendo gravado, não é? No caso do presidente Sanguinetti, é especialmente importante este registro que se está fazendo das suas idéias, do seu pensamento, esse registro de sua maneira de ver a contribuição tão importante que deu para esse processo de integração dentro da nossa região, nossos países.

Presidente, senti um pouco de ciúme de suas referências tão elogiosas à nossa embaixada em Buenos Aires. Continuo achando que aquela embaixada que temos na esquina de Artigas com Rivera é tão bonita ou quem sabe mais harmoniosa inclusive que a embaixada, o Palacio Pereda,

em Buenos Aires. E tenho muito orgulho, inclusive, de um desenho feito pelo presidente Sanguinetti da nossa residência em Montevideú. Porque o presidente Sanguinetti, além de estadista, além de presidente, além de político, além de presidente do Peñarol, é também um grande desenhista, um esplêndido desenhista. Na verdade, na minha experiência – eu vejo que o Eliézer já está vendo que há muito desenho ali – mas a minha experiência em Montevideú com respeito ao presidente Sanguinetti foi que, além de aprender a admirar o político, o estadista, o presidente, aprendi a admirar o homem. E acredito que hoje, neste momento, nesse depoimento que ele está fazendo para o banco de dados que o Memorial da América Latina está colecionando, seria muito interessante ter também uma visão do ser humano Sanguinetti. Quer dizer, eu gostaria, sr. Presidente, que o senhor fizesse uma especulação, uma nota autobiográfica, em tom de quem é Julio María Sanguinetti por Julio María Sanguinetti.

JULIO MARÍA SANGUINETTI:

Bem, primeiramente agradeço ao Embaixador suas contribuições de amizade, a amizade que fizemos naqueles anos muito agradáveis em que trabalhamos juntos.

Bom, creio que minha formação é a formação clássica de meu país. O Uruguai foi um país com forte tradição republicana, uma forte tradição laica. Fiz o primário numa escola particular, mas laica, formada, em 1873, pelo reformador do ensino José Pedro Varela. Depois, frequentei o ensino secundário público e a Universidade do Estado. E comecei muito jovem a praticar o jornalismo e entrei na política também muito jovem. Desde os 17, 18 anos comecei a fazer política e jornalismo, tudo ao mesmo tempo. Até hoje. Dentro daquilo que foi, mais que um partido político, eu diria uma filosofia. Aderimos a uma concepção... vamos chamá-la humanista, fazemos parte, não desses novos projetos liberais, mas do velho projeto liberal-humanista, que inspirou o Renascimento e nossas revoluções.

E todos somos um pouquinho filhos de tudo isso, toda uma geração na realidade, não é? Um pouquinho mais à esquerda, um pouquinho mais ao

centro, mas em suma... No Uruguai há pouca direita. Quando vemos alguns excessos da esquerda, gostaríamos que houvesse um pouquinho mais de direita para compensar, mas não há. Acho que isso é o que somos.

Não vou falar de mim. Fui deputado jovem, fui ministro jovem, tive essa sorte, fui duas vezes presidente. Quanto à vida política, vou continuar lutando, mas acho que já participamos de grandes jornadas. Aquilo de que se trata – e sofremos com isso – é ver que em nossos países às vezes ainda falta maturidade para entender esses processos, como temos falado aqui. Às vezes ainda caímos num provincianismo, não é verdade? E isso não é somente nos países pequenos, também acontece nos grandes. Acontece nos Estados Unidos, que são uma superpotência, onde se vêem debates, às vezes de grandes políticos, e são debates totalmente provincianos. É que às vezes acontece que pessoas que depois terão grande repercussão no mundo debatem coisas pequenas...

Na Argentina, discutiu-se muito, houve um debate tremendo, se o presidente devia ter um avião ou não... Sim... Viu-se que Menem foi criticado porque tinha avião, e depois o presidente De la Rúa... O que se fazia com o avião? Como tinha sido tão criticado, não se podia usá-lo... Agora ele usou o avião... porque teve de ir à China, usou o avião. Então a grande questão é o uso do avião. Bem, a mim me parece que o uso do avião está certo ou errado, mas o que o avião tem a ver com o desenvolvimento da Argentina, com a riqueza ou a pobreza?

Muitas vezes discutimos coisas pequenas e muito provincianas, não é verdade? E isto é o que as pessoas gostariam de ver, não? Que discutíssemos mais essas coisas?

DEBATEDORES

Coordenador: [Faded Name]

[Faded Name]

[Faded Name]

[Faded Name]

[Faded Name]

[Faded Name]

[Faded Name]

[Faded Name]

Gilberto Dupre

Coordenador-geral

[Faded Name]

[Faded Name]

[Faded Name]

Coordenador: **Fabio Magalhães**

Museólogo, estudou no Instituto de Arte e Arqueologia de Paris, atuou como diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo; secretário de Cultura do Município de São Paulo; assessor especial da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo; secretário de Apoio à Produção Cultural do Ministério da Cultura; diretor geral da Embrafilme, conservador-chefe do Museu de Arte de São Paulo - Masp, além de curador da segunda e terceira edições da Bienal de Artes Visuais do Mercosul. É diretor-presidente da Fundação Memorial da América Latina desde 1995.

Gilberto Dupas

Coordenador-geral do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (Gacint) da USP; presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - Ieei; professor da Fundação Dom Cabral junto ao European Institute of Business Administration – Insead (França) e à Kellogg Graduated School of Management

– Northwestern University (EUA); foi professor de várias universidades brasileiras, nas áreas de Política Econômica e Planejamento Estratégico, bem como membro do Conselho da Fundação Getúlio Vargas, do Cebrap (Centro Brasileiro de Pesquisas) e do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da USP. Foi secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento (governo Montoro), bem como presidente e conselheiro de empresas públicas, de empresas privadas e de fundações. Autor de vários livros nas áreas de economia, estratégia e desenvolvimento, dentre eles: *Alca e os Interesses do Mercosul*, *Economia Global e Exclusão Social* e *Ética e Poder na Sociedade da Informação*. Tem publicado mais de 400 artigos e ensaios em jornais e revistas especializadas.

Luciano Coutinho

Formado em Economia pela USP, foi secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia entre 1985 e 1988. Atualmente, entre outras atividades docentes, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp; consultor de mais de trinta empresas privadas, líderes no Brasil no setor automotivo, eletrônico, de telecomunicações, de bens de consumo, financeiro; e consultor da Fapesp e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Roberto Teixeira da Costa

Economista, dirigente de empresas, foi o primeiro presidente da Comissão de Valores Imobiliários. Durante os últimos sete anos foi o presidente do Capítulo Brasileiro do Ceal (Conselho de Empresários da América Latina). De setembro de 1998 a setembro de 2000 foi o presidente internacional do Ceal. É vice-presidente do Conselho Curador do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais). Faz parte do Board of Interamerican Dialogue of Washington.

Décio Zylbersztajn

Mestre em Economia Agrária, atualmente desenvolve trabalhos sobre Coordenação de Sistema Agroindustrial, sendo o criador do Pensa (Programa dos Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial) da USP, centrado no Estudo da Coordenação de Cadeias Agroindustriais. É consultor em estudos de

estratégia para a atuação das empresas em áreas de novas tecnologias, oportunidades de mercado e associações, desenvolvendo modelo para avaliação das empresas agrícolas e agroindustriais.

Hélio Mattar

Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, é professor de Planejamento Estratégico, Economia, Economia Industrial, Organização Industrial, Administração Estratégica e Cidadania Empresarial. Já atuou em diversas empresas e conselhos consultivos e de administração. Foi secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio. Atualmente é diretor-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Maria Inês Migliaccio

Jornalista graduada pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero e Mestre em jornalismo científico pela Universidade Metodista de Ensino Superior, com especialização em Filosofia e Cultura pela Università della Santa Croce (Roma).Atualmente atua na Editoria de Economia da Agência Estado, tendo publicado centenas de artigos no setor.

Celso Lafer

É professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da USP, onde se formou, além de ter sido chefe do Departamento entre 1992 e 1995. Foi ministro de Estado das Relações Exteriores em 1992 e ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em 1999; embaixador e chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio, em Genebra, entre 1995 e 1998. Presidiu ainda o Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio e também o Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio. É, atualmente, ministro de Estado das Relações Exteriores do governo Fernando Henrique Cardoso.

Renato Prado Guimarães

Embaixador, atualmente é chefe do Escritório de Representação do Minis-

tério de Relações Exteriores – Itamaraty – em São Paulo. Foi embaixador em Camberra (Austrália), Port Moresby (Papua Nova Guiné), em Wellington (Nova Zelândia), em Montevideu (Uruguai) e em Caracas (Venezuela), além de ministro conselheiro e encarregado de negócios na embaixada em Washington (EUA), cônsul-geral e cônsul-geral adjunto no Consulado Geral em New York (EUA), chefe do Escritório Comercial do Governo Brasileiro em New York (EUA) e secretário das Embaixadas do Brasil em Bruxelas (Bélgica) e em Bogotá (Colômbia). No Brasil, foi chefe de gabinete do ministro de Estado entre 1987 e 1988, coordenador executivo do gabinete do ministro de Estado, em 1986, secretário especial de imprensa e porta-voz do ministro das Relações Exteriores entre 1985 e 1986.

Marcos Mendonça

Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, é advogado e procurador da Prefeitura. Foi, enquanto secretário municipal de Cultura, o criador da primeira Lei de Incentivo Fiscal à Cultura, a Lei Mendonça, que serviu de modelo para dezenas de leis semelhantes que surgiram em outras cidades e estados. Como vereador e deputado estadual, defendeu os direitos dos idosos, além de preservar patrimônios da cidade como o Parque do Ibirapuera e a Casa das Rosas. Como secretário de Estado da Cultura, tem ampliado os benefícios à cultura através de projetos, oficinas culturais, reformas da Pinacoteca, do Theatro São Pedro, da criação do Museu do Imigrante e do Complexo Cultural Júlio Prestes e Sala São Paulo, do Programa de Integração Cinema–TV, além de resgatar a cultura do interior paulista.

Antonio Angarita

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, com especializações em Integração da América Latina e Economia Brasileira. Atualmente, é secretário de Estado do Governo e Gestão Estratégica. Foi secretário estadual interino de Agricultura e Abastecimento, Cultura, Ciência e Desenvolvimento Econômico. Membro dos Conselhos Curadores das Fundações Cásper Líbero e Santos Dumont. Ex-presidente da Vasp, também foi professor, e diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas e consultor da Fundação para o Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo.

Carlos Henrique de Brito Cruz

Formado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), tornou-se professor do Instituto de Física "Gleb Wataghin" da Unicamp, tendo sido inclusive diretor do mesmo Instituto de 1991 a 1994. Atualmente, realiza pesquisas junto ao Grupo de Fenômenos Ultra-rápidos de Comunicações Ópticas do Departamento de Eletrônica Quântica do Instituto de Física da Unicamp, além de presidente do Conselho Superior da Fapesp (Fundação de Auxílio à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Eliézer Rizzo de Oliveira

É coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos e docente do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Foi secretário de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, diretor de Políticas de Ensino Superior do Ministério da Educação e assessor especial da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo, entre outros. Pesquisador na área de Forças Armadas e Regimes Políticos, tem publicado diversos artigos e livros sobre temas relacionados com a presença militar.

Fernando Gasparian

Ex-deputado federal, participou da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, onde fez parte da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, e foi relator da Subcomissão do Sistema Financeiro e integrou, igualmente, a Comissão de Sistematização, além de ser autor de algumas emendas aprovadas. Foi superintendente da Sede Permanente do Parlamento Latino-Americano e membro de seu Conselho Consultivo. Atualmente, é diretor da Editora Paz e Terra, das Edições Graal e de D&F Agropecuária S.A, além de membro do GPI (Grupo de Política Industrial) da Fiesp.

OPINIÃO

O recente Conselho de Defesa Nacional do Brasil, presidido pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, trouxe para o debate público uma discussão importante sobre a segurança nacional e a defesa do Brasil. O Conselho, formado por representantes de diversas instituições e setores da sociedade, realizou uma série de reuniões e debates que resultaram em um relatório final, publicado recentemente. O relatório aborda temas como a evolução da estratégia de defesa, a modernização das forças armadas, a cooperação internacional e a integração da defesa com o desenvolvimento econômico e social do país.

Um dos pontos centrais do relatório é a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar para a segurança nacional. Isso implica em considerar não apenas aspectos militares, mas também econômicos, tecnológicos, diplomáticos e sociais. A defesa deve ser vista como um elemento fundamental para a sustentabilidade e o bem-estar do Brasil a longo prazo.

Outro aspecto destacado é a importância da modernização das forças armadas e da melhoria da eficiência operacional. Isso requer investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos modernos e capacitação de pessoal. Além disso, a integração das forças armadas com as forças de segurança pública e com a sociedade civil é considerada essencial para a manutenção da ordem e da estabilidade do país.

O relatório também enfatiza a necessidade de fortalecer a cooperação internacional e a participação do Brasil em organizações e fóruns multilaterais de segurança. Isso inclui a promoção da não proliferação de armas nucleares, a prevenção de conflitos armados e a resolução pacífica de disputas internacionais. A defesa deve ser alinhada com os interesses e valores da comunidade internacional.

Por fim, o relatório destaca a importância da integração da defesa com o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Isso requer investimentos em infraestrutura, educação e saúde, que são fundamentais para a criação de empregos e a melhoria da qualidade de vida da população. A defesa deve ser vista como um elemento integrante do desenvolvimento nacional, contribuindo para a construção de um Brasil mais seguro, próspero e sustentável.

PASSOS DE UM PROTAGONISTA: JULIO MARÍA SANGUINETTI

GILBERTO DUPAS

O recente depoimento do ex-presidente Julio María Sanguinetti no Memorial da América Latina permite-nos um salutar mergulho nas entranhas da América do Sul, o resgate da fundamental e penosa transição que permitiu a retomada das democracias na região e o surgimento do Mercosul. A lembrança de que o próximo ano celebra uma década do processo de integração convida-nos a reavaliá-lo numa perspectiva de futuro. Em suas lembranças, Sanguinetti percorre os anos 80 com os passos seguros de um protagonista. Relembra as diferenças entre os processos de democratização no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile e no Paraguai, ressaltando as especificidades da tumultuada derrota militar argentina e das soluções negociadas no Uruguai e no Brasil. E diferencia os quadros econômicos que variaram entre a hiperinflação argentina, o esgotamento do crescimento acompanhado de forte

inflação no Brasil e o processo mais moderado uruguaio, com alguma inflação e certo crescimento.

Sanguinetti recorda com orgulho contido a percepção comum a ele, a Sarney e a Alfonsín de que a redemocratização tenderia a colocar em marcha um processo de integração. O que se tinha então em mente era ainda algo como a Alalc dos anos 60. Era coisa bolivariana, hemisférica, em busca do resgate do espírito do Congresso do Panamá, mais do que uma zona de livre comércio. Daí passou-se para idéias do tipo Aladi, com infindáveis negociações, produto a produto, e um inevitável estancamento. Em sua percepção de uruguaio, algodão entre cristais sensíveis e sonantes, tinha clareza de que nada seria possível sem que o Brasil e a Argentina tivessem um entendimento franco e aberto. Mas esse entendimento incomodava historiadores e jornalistas com visões nacionalistas de parte a parte, bem como as classes militares que vicejam no suposto inevitável conflito dos povos e nações. Onde ficariam os projetos de mísseis, de bombas atômicas e outros obuses? Sanguinetti rende sua homenagem a Alfonsín e a Sarney na competente desmontagem dessas bobagens travestidas de inevitabilidades históricas.

E comenta a construção paciente de acordos bilaterais: Brasil e Uruguai, Argentina e Uruguai, Argentina e Brasil. Assim se vai gerando um tecido, entrelaçando dois a dois, em seguida três a três, os países da região num abraço revigorador. Sanguinetti lembra os infindáveis encontros entre dois protagonistas em que sempre se dava um jeito de convidar o terceiro. E se diverte ao lembrar de Sarney fazendo um esforço para aprender espanhol de modo a cativar os argentinos.

Em três anos, foram sete reuniões. Os presidentes foram mudando, mas não mudou o impulso nem o projeto, que se revelou estratégico. Finalmente, lembra o duro ano de 1999, quando o Brasil desvalorizou sua moeda, provocando o momento mais difícil da história do Mercosul. Comenta as virtudes da flutuação do câmbio, que faculta, segundo ele, aos países menores ganharem competitividade em relação aos maiores. E diz que lhe agrada ser um pouco profeta, não daqueles que sabem o

futuro, mas dos que são capazes de forjar o presente, fabricando metro a metro o caminho a transitar.

O resumo desse importante depoimento de Sanguinetti serve-me de pretexto para me debruçar sobre a história recente latino-americana e observar governos, agentes econômicos e atores sociais na tentativa de lidar com os novos e intensos desafios mundiais.

Os Riscos da Integração Continental

Em paralelo à radicalização do fenômeno de globalização verificado a partir dos anos 80 – e respondendo às demandas geopolíticas e econômicas específicas – tem ocorrido uma enorme proliferação de acordos regionais. É o caso da União Européia, da Apec (Asia-Pacific Economic Cooperation), da Asean (Association of Southeast Asian Nations), do Nafta (North American Free Trade Agreement) e do Mercosul, entre muitos outros. Mais de 60% do comércio mundial atual ocorrem dentro desses acordos regionais de livre comércio. Simultaneamente, a maior parte dos países envolvidos nesses blocos participaram também das negociações multilaterais do Gatt e integram a OMC.

O ponto central para a compreensão dessa questão é a análise dos conflitos que envolvem interesses quanto aos acordos regionais. Os Estados nacionais líderes desses acordos são os países hegemônicos em cada área. Defendendo simultaneamente objetivos geopolíticos, lógicas comerciais de suas corporações e aspirações internas sobre nível de emprego e balança comercial, eles têm-se envolvido em pressões contraditórias. Parece claro que o objetivo estratégico central das corporações globais é o livre mercado mundial. É ele que permite a maximização do lucro via a incorporação de novos mercados e a viabilização do menor custo dos fatores de produção.

Não é à toa que os acordos regionais têm como característica certa instabilidade e mantêm olhos estrábicos em várias direções simultâneas, visando à expansão de seus membros e a novas alianças entre blocos. O futuro da política de blocos parece, pois, duvidoso. Em resumo, talvez

possa significar o último baluarte dos Estados nacionais: no caso dos países da periferia do capitalismo, com competitividade sistêmica ainda baixa, visam a estabelecer políticas protecionistas temporárias que aumentem o seu poder de defesa; no caso dos países centrais, dêem suporte à ampliação do *market-share* das suas empresas globais. Mas os acordos globais de livre comércio tenderão, a médio prazo, a minar a lógica desses acordos.

Vários blocos comerciais surgiram também no continente americano. O Nafta, liderado pelos EUA, é responsável por 87% do PIB continental. O Mercosul, segundo em importância e liderado pelo Brasil, tem cerca de um décimo do peso do Nafta (11% do PIB total). Os outros têm significação ainda muito menor. Razões recentes são propícias à proliferação desses acordos no continente. A principal foi uma certa convergência entre as políticas macroeconômicas dos países latino-americanos. Após um reconhecimento generalizado de que a estratégia de substituição de importações havia-se esgotado, adotaram-se programas de estabilização bem-sucedidos, reformas estruturais que visavam a redefinir o papel do Estado e do capital estrangeiro e um movimento geral de abertura comercial. A própria Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) recomendou, em 1994, aos países latino-americanos uma nova concepção que chamou de “regionalismo aberto”. É dessa forma que são vistos os acordos de integração regional como o Mercosul e o Nafta, uma vez que não houve discriminação contra terceiros por meio de elevação das tarifas.

O Nafta é um bloco regional gigantesco, consistente e sinérgico. A parceria entre os EUA e o Canadá é fortemente complementar. A aliança mexicana é histórica e tem óbvio conteúdo geopolítico. Qualquer crise no México tem impacto direto nos EUA, no mínimo por pressão adicional da imigração ilegal, que piora os índices sociais norte-americanos. O acordo consolida também sua posição de fornecedor de mão-de-obra barata ao complexo industrial norte-americano, além de tornar cativo seu interessante mercado interno. O modelo de integração do Nafta cria uma zona

restrita de livre comércio, com um conjunto detalhado de regras de origem e acordos nas áreas de serviços, investimentos, propriedade intelectual, normas trabalhistas e ambientais.

Já o Mercosul, consolidado pela aliança Brasil–Argentina, que responde por 97% do PIB e 93% do comércio regional, definiu uma união aduaneira que privilegiou a política de tarifas comuns. Questões mais complexas de integração foram deixadas de fora.

Os resultados práticos do Mercosul foram surpreendentes. Sua implementação mais do que quintuplicou a troca comercial entre os países-membro em apenas oito anos, o que incomodou autoridades norte-americanas e revigorou as pressões para a integração continental. A recente ofensiva do governo norte-americano em favor da rápida implantação da Alca, procurando munir-se do poderoso *fast-track* – que daria poderes ao presidente dos EUA para estabelecer uma sucessão de acordos bilaterais tornando inevitável o acordo continental – acabou abortada temporariamente, em meados de 1998, quando o Congresso lhe negou tal instrumento. Essa ofensiva gerou vivo desconforto no Mercosul, mais especificamente no Brasil, que utilizou toda a competência e sinuosidade diplomática para postergar a iniciativa norte-americana.

Organizações nacionais e internacionais importantes, bem como toda a rede diplomática norte-americana, foram mobilizadas para tentar tornar óbvias as vantagens da Alca para todos os países envolvidos. Tratava-se de criar uma nova bandeira hegemônica centrada nos benefícios do livre comércio continental.

Vários equívocos estavam presentes naqueles argumentos. O mais grave era abstrair possíveis retaliações por parte do restante do mundo. Um acordo de livre comércio nos moldes da Alca traria insatisfação aos outros parceiros tradicionais do comércio multilateral, por conta do desvio de troca que essa política de tarifas preferenciais certamente iria acarretar. É o caso típico do Brasil, que teria de abandonar sua tradicional política de *global trader* e privilegiar os EUA em detrimento da Europa, atualmente seu principal parceiro comercial.

Freqüentemente se diz, em defesa da Alca, que a economia política da abertura exige que um amplo acordo entre países sirva como força externa para contrabalançar resistências internas que o processo de globalização gera. Trata-se de argumento interessante mas politicamente difícil, já que tenta transformar em vantagem uma restrição à autonomia nacional.

Outro ponto decisivo em favor do acordo era a garantia de acesso ao enorme mercado norte-americano. Trata-se de um equívoco. Não há garantias de que o país hegemônico continental não continue a usar seu enorme poder para continuar impondo barreiras não-tarifárias. E a liberalização beneficiaria, no caso, os próprios Estados Unidos, pois significaria grande queda de barreiras nos outros países – comparada com queda muito menor de suas próprias tarifas – que já têm barreiras bastante baixas em relação ao resto do mundo. De fato, somente 18% das exportações da América Latina encontram tarifas superiores a 5% nos EUA. Quase todas as exportações da América Latina estão sujeitas a processos *antidumping* por parte dos EUA. Poucos são os países que têm estrutura jurídica internacional organizada para poderem defender-se. Os EUA já são praticamente abertos aos países da região (à exceção, basicamente, de produtos como açúcar, suco de laranja e têxteis) e têm mobilizados vinte mil funcionários federais para lidar com questões relacionadas com o comércio externo, o que inclui a intensa utilização de barreiras não-tarifárias.

É importante ressaltar que, nesta década, um inédito montante de investimento direto de empresas européias, americanas e asiáticas dirigiu-se para a região, visando a produzir para o Mercosul e a utilizar-se de seus benefícios. O risco de reversão desse fluxo deve ser uma das maiores preocupações quanto à questão da Alca. A drástica redução das tarifas de importação para produtos de origem norte-americana e a prevalência de um custo de produção (custo-país) significativamente maior no Brasil e na Argentina poderia direcionar parte significativa dos novos investimentos diretos para os EUA. Incorporando – quando for o caso – mão-de-obra barata mexicana, esse país facilmente converter-se-

ia em plataforma exportadora para os grandes mercados da América do Sul, inibindo fortemente a condição de crescimento das bases de produção local. As conseqüências na geração de empregos, na arrecadação de tributos e no equilíbrio da balança comercial poderiam ser muito penosas.

O Mercosul tem-se constituído em arranjo muito útil para a região. A atitude norte-americana de pressionar o Mercosul para a formação da Alca encobre evidentes interesses do país líder mundial que, sozinho, detém 76% de todo o PIB continental. Caso um acordo seja feito à revelia de opções multilaterais de comércio que balizam a política externa brasileira, ele poderá beneficiar os EUA e as suas empresas, em detrimento dos europeus, nossos parceiros mais importantes, causando danos não desprezíveis ao Brasil. Embora aparentemente postergada por reações internas aos próprios EUA, uma retomada da ofensiva norte-americana quanto à criação da Alca precisa ser acompanhada de enorme cuidado. Na atual conjuntura internacional, ela liquidaria o Mercosul e causaria muitos danos à região. Além do mais, ao tentar transformar a América Latina em mercado temporariamente cativo, o grande país norte-americano adota uma postura unilateral que pode arranhar a legitimidade de sua liderança na América Latina.

Tensões entre Atores Públicos e Privados

Para compreender melhor a dinâmica desses processos, é importante identificar os papéis e os interesses de seus principais atores: os Estados nacionais e as grandes empresas.

Os Estados nacionais negociam acordos, impõem ou retiram tarifas, subsídios e barreiras não-tarifárias. Ao fazê-lo, podem estar representando legítimos interesses privados de seus países. No entanto, os Estados têm metas próprias. Elas nem sempre coincidem inteiramente com os objetivos do mais forte dos atores privados no mundo global, as corporações transnacionais sediadas no País, hoje responsáveis por grande parte das transações com bens e capitais do mundo.

Compete aos Estados – hegemônicos ou não – a defesa do emprego, a qualidade ambiental, o controle de sua posição geopolítica e o equilíbrio de seu balanço de pagamentos – pelos efeitos perversos que esse último pode acarretar nas suas demais variáveis macroeconômicas. Importam a esses Estados também o valor adicionado da produção local, o nível de empregos e os impostos arrecadados.

O interesse das grandes corporações, por sua vez, transcende as fronteiras nacionais. Além de serem os líderes do processo econômico mundial, as empresas globais controlam o comércio internacional através das transações entre firmas, responsáveis atualmente por mais de 50% do comércio total. A recente deterioração do poder dos Estados nacionais se deve em grande parte ao crescente espaço ocupado pelas transnacionais no cenário econômico. Muitas vezes, o país-sede e essas empresas têm interesses nas mesmas políticas, mas os objetivos nem sempre são os mesmos. Robert Reich, ex-secretário do Trabalho de Clinton, em entrevista ao *The Economist*, afirmou: “As corporações negociam cinicamente, pelo mundo afora, os trabalhadores mais baratos, os menores impostos, regimes de trabalho e de meio ambiente”. Apesar do seu espanto, parece razoável que as empresas adotem as estratégias que parecem, sob sua ótica particular, as mais lucrativas. Negociar em benefício de seus cidadãos é tarefa do Estado.

O discurso sobre livre comércio venceu a batalha retórica tão completamente que, por vezes, perde-se de vista o óbvio – ou seja, que a abertura das economias não é um fim em si mesma. Ela tem de ser entendida e avaliada em termos dos benefícios e das perdas que acarreta aos diversos atores sociais envolvidos.

As décadas de protecionismo nos países da América Latina permitiram a industrialização, mas simultaneamente levaram à criação de uma classe empresarial acomodada e pouco inovadora e a um atraso relativo em termos tecnológicos nos mais variados setores. Assim, não parecia razoável persistir nessa política. Era vital a esses países encontrar uma nova forma de inserção na nova lógica global, sob risco de ficarem ainda

mais para trás. Mas o importante é que esse processo de liberalização seja feito de forma criteriosa. Faz-se necessário não confundir – o que se tem feito com freqüência – abertura com estratégia. Abertura é uma mera circunstância, provavelmente inevitável. Ela pressupõe uma estratégia nacional de inserção para poder trazer resultados eventualmente positivos.

Um problema delicado da abertura econômica é que ela envolve, entre outras restrições, as relativas ao nível de emprego doméstico e às contas externas. O equilíbrio da balança comercial, a uma determinada taxa de câmbio, envolve o nível de preços, da produtividade e das tarifas. A baixa abrupta das tarifas sem um equivalente salto na produtividade pode acarretar conseqüências na balança comercial, e no emprego, que acabam exigindo uma desvalorização cambial. Assim, a velocidade e a amplitude de um processo de abertura determina os custos e benefícios que dele decorrem. Caso contrário, efeitos perversos no nível de emprego, na taxa de crescimento e no balanço de pagamentos tenderão a acontecer. Os avanços na competitividade sistêmica (“custo-país”) e no nível de produtividade, que têm sido lentos, são fatores essenciais para conciliar abertura e crescimento econômico.

As nações líderes da produção global de bens industriais e serviços (EUA, Japão, França, Alemanha e Inglaterra) que são sede dos verdadeiros atores do processo econômico mundial – as grandes corporações transnacionais – embora tenham várias divergências entre si, sabem que elas e suas empresas têm muito a ganhar com a liquidação das barreiras ao comércio internacional. Já os países pobres, com uma base industrial inexistente, embora temam seus efeitos, têm poucas alternativas a utilizar. O que lhes importa é caminhar, mesmo que bem mais lentamente que os outros.

Para um país como o Brasil, com importante produção industrial e grande mercado interno, há muitos motivos para refletir. Não se questiona a direção do movimento. A abertura ao comércio mundial é uma tendência inevitável. Mas a fragilidade da estrutura de empregos e da indústria nacional – por suas próprias ineficiências e pelo “custo-país” –

exige uma estratégia inteligente que calibre simultaneamente a qualidade e a velocidade dessa abertura.

Interesses Hegemônicos e o Mercado da Pobreza

Quanto ao futuro dos blocos econômicos no continente americano, especialmente do Mercosul, pretendo agora abordar a questão a partir de um de seus enfoques principais, a saber, o da complementaridade e da especialização, atributos essenciais à lógica das cadeias produtivas globais na era da tecnologia da informação. Complementaridade e especialização são pressupostos que, viabilizados em escala planetária pela possibilidade da ampla fragmentação das cadeias produtivas em busca da composição dos fatores mais eficientes para cada uma de suas etapas de produção de bens ou serviços, definem as decisões estratégicas das grandes corporações globais em busca de menores custos finais e, portanto, da maximização de seus lucros.

Fatores de produção são aqui entendidos no seu sentido mais geral, sejam diretos, sejam relativos às condições amplas do *environment*. Assim, abrangem eles: custo e especialização da mão-de-obra; atributos do capital – como taxa de juros, termo e mobilidade; vantagens tecnológicas – tipo *clusters* e especializações; restrições ambientais mais ou menos favoráveis; restrições fiscais mais ou menos flexíveis; escala do mercado interno; políticas tarifárias externas; estabilidade macroeconômica etc.

É dentro desse contexto que as decisões de investimentos *vis-à-vis* escalas de mercado e políticas tarifárias são tomadas, influenciando diretamente nas políticas governamentais dos países do continente, especialmente aqueles que olham os mercados externos como fator fundamental de expansão ou consolidação hegemônica.

Dentro desse enfoque, o primeiro olhar sobre o continente deverá ser lançado sobre as suas assimetrias, definidoras de poder econômico real e dos possíveis espaços para consolidação desse poder. Ou, alternativamente, para o surgimento de novas forças que busquem esse espaço a

partir de oportunidades que se encaixem na lógica dominante da complementaridade e da especialização.

Se tomarmos o valor dos PIBs dos países do continente americano como primeiro indicador de poderio econômico e dimensão real de seus mercados, a visão é de uma absoluta assimetria. Os EUA sozinhos, como potência hegemônica mundial, controlam 75,7% do PIB continental, seguidos ao longe pelo Brasil e pelo Canadá, com respectivamente 7,2% e 5,5%. Em seguida, situam-se o México e a Argentina, num patamar em torno de 3%. A partir daí, todos os demais países da região, individualmente, respondem por 1% ou menos do PIB continental.

A atual situação hegemônica norte-americana está longe de ser ocasional ou definidora de um paradigma para as virtudes do livre mercado. Vários fatores ligados ao desenvolvimento e ao uso de novas tecnologias permitiram a este país a consolidação de uma fase virtuosa, que lhe tem garantido um longo ciclo de crescimento – desigual se comparado ao restante da economia mundial – consolidando essa impressionante hegemonia tenazmente construída a partir dos dois últimos conflitos mundiais. Numa realidade em que os processos produtivos alcançaram uma integração planetária, a hegemonia econômica consiste na capacidade de determinar como se organiza e se leva a cabo essa produção. A conexão em redes globais constitui o elo final desse novo paradigma, já que as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. São redes os fluxos financeiros globais; o tráfico de drogas que comanda pedaços da economia do mundo inteiro; a rede global da nova mídia que define a essência da expressão cultural e da opinião pública. As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão de sua lógica altera radicalmente a operação e os resultados dos processos produtivos, bem como o estoque de experiência, cultura e poder. A nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação. As corporações e a sociedade norte-americana, que hoje lideram essas tecnologias, como decorrência dominam ferramentas-chave para a pro-

atividade e a competitividade na era da informação. Desde o início deste novo século, os EUA vêm experimentando uma nova e enorme aceleração das inovações em direção a um aumento de produtividade. Prometendo realimentar esse ciclo virtuoso, estão a emergência extremamente rápida da Internet e os efeitos ligados ao comércio eletrônico.

Os fatores mencionados aqui apenas potencializam ainda mais o poderio econômico dos EUA sobre o restante da América, determinando o destino da região de acordo com o modo pelo qual este país definirá seus interesses estratégicos no futuro próximo, tema ao qual voltaremos no final desse texto.

Se, por outro lado, analisarmos o continente americano sob a perspectiva do potencial teórico de mercado, o que pode ser razoavelmente aquilatado pelo tamanho de sua população passível de acréscimos futuros de renda, o cenário muda de figura. A população norte-americana representa apenas 34% do total da população continental. Trata-se, no entanto, de consumidores já próximos da saturação para a demanda adicional de produtos como refrigerantes, serviços de saneamento básico, fornos de microondas e telefones celulares; e, logo mais, também para o número de indivíduos conectados à Internet. Já o Brasil e o México, somados, detêm praticamente a mesma população dos EUA. E a Colômbia, a Argentina, o Peru, a Venezuela, o Chile e a Guatemala somam quase 20% dos habitantes do continente. A diferença de renda *per capita* entre os EUA e esses países é enorme. Ela é mais de três vezes maior que a da Argentina e a de Porto Rico (aproximadamente 30 mil dólares para 9 mil dólares), seis a sete vezes maior que a do Uruguai, do Chile, do Brasil e da Venezuela (30 mil dólares para 6,3 a 4,5 mil) e mais de nove vezes para os demais países da área. Esta é justamente a principal razão do interesse das grandes corporações mundiais e norte-americanas pelo mercado dos maiores países sul-americanos. É neles que se esperam os maiores crescimentos marginais de consumo de bens e serviços, muitos dos quais com sua dinâmica já estagnada nos países centrais. É o caso da explosão dos coeficientes de penetração para a utilização de telefonia celular na

América Latina, que surpreenderam em velocidade e em tamanho os mais experimentados operadores internacionais.

O Futuro do Mercosul

As políticas de blocos regionais têm-se constituído, nos últimos anos, em tentativas de articulação de políticas nacionais defensivas ou ofensivas, visando muitas vezes a ampliar hegemonias ou a resistir a ataques hegemônicos mediante a constituição de zonas de livre comércio (com abolição das tarifas intrabloco) ou uniões alfandegárias (com tarifas externas comuns).

Em alguns casos, como na União Européia, essa política encerra conceitos mais amplos, tendo a pretensão de uma fusão monetária com forte homogeneização das políticas macroeconômicas, através do estabelecimento de metas e compromissos de performance. O caso da União Européia é apontado por Anthony Guiddens e outros partidários da terceira via como um exemplo de operação ofensiva com vistas a ampliar horizontes nacionais e índices de produtividade sem perda de legitimidade política.

No caso do continente americano, o Nafta surgiu de uma forte complementação natural entre interesses dos EUA, do Canadá e do México. No caso do México, uma pesada ausência de alternativas estratégicas após a crise internacional que o levou à moratória em 1982, aliada ao interesse dos EUA na mão-de-obra barata necessária para consolidar o longo ciclo expansivo norte-americano, forjou uma aliança temporariamente sólida que tem rendido vantagens para ambas as partes. Nesse caso, essa aliança estruturou-se de forma radical por meio da lógica da complementaridade e da especialização a partir das maquiladoras, pela qual pedaços da cadeia produtiva das grandes transnacionais norte-americanas – que utilizam com vantagem trabalho intensivo – se aproveitaram dentro e fora da fronteira de um custo por capacidade equivalente a quase 10% do similar ofertado por cidadãos norte-americanos. Os benefícios foram em tal escala que, já em 1994, economias da ordem de

16 bilhões de dólares puderam ser feitas pelas grandes corporações apenas com gastos em mão-de-obra. Atualmente, os números são muito maiores e as vendas dessas unidades que fabricam partes das cadeias produtivas para suas corporações centrais significam quase 50% das exportações mexicanas. Apesar de algumas resistências iniciais de sindicatos norte-americanos, o pujante crescimento econômico daquele país e a manutenção de baixas taxas de desemprego amenizaram essa resistência.

Outro foi o caso do Mercosul. Estruturado a partir do desanuviamento das relações políticas entre o Brasil e a Argentina, com a adesão do Uruguai e do Paraguai, esse bloco evoluiu com amplo sucesso até o final de 1998. Fruto de um momento de consolidação de regimes democráticos e relativa estabilidade macroeconômica, o Mercosul cresceu rapidamente e conseguiu elevar o comércio interno entre seus parceiros de quatro bilhões para vinte bilhões de dólares, entre 1990 e 1998. Um exame atento dessa evolução demonstra, no entanto, que cerca de 60% desse volume provieram da troca entre cadeias industriais. Foi intensa a aplicação da lógica da complementaridade e da especialização no processo de internacionalização das economias locais, aproveitando-se da redução temporária das incertezas macroeconômicas e do benefício das tarifas e quotas entre países. Ao mesmo tempo em que isso ocorria, a mesma lógica aplicada exigia uma grande elevação dos componentes importados dessa produção local, justamente aqueles cujo custo de produção era sensivelmente mais barato no exterior, especialmente os itens de maior valor tecnológico adicionado. A consequência foi que o tão elogiado modelo de regionalismo aberto provocou um crescente desequilíbrio na balança comercial regional: o volume de importações de fora do bloco cresceu 146% no período 1992–1998, enquanto as exportações evoluíram apenas 61%. A União Européia e os EUA, pela ordem, foram os mais beneficiados por essa distorção.

O resultado pode ser avaliado, por exemplo, na pauta do bloco no ano típico de 1997. Nele se observa que os déficits na área de manufaturas para o Nafta, para a União Européia e para o resto do mundo estiveram

longe de ser compensados pelos pequenos superávits na área do *agribusiness*, acumulando-se naquele ano um déficit comercial geral de 25 bilhões de dólares no comércio externo da região. Tal se deu, além de razões intrínsecas de produtividade sistêmica, pela permanência das restrições da entrada de produtos da área nos EUA, mediante forte política de barreiras tarifárias e não-tarifárias, acrescentadas na União Européia aos subsídios para seus produtores e produtos agrícolas.

A crise cambial brasileira e a desvalorização do real em janeiro de 1999 trouxeram um agudo componente de fragilidade à idéia da definitiva consolidação e ampliação do Mercosul. A queda rápida do comércio entre países em quase 30%, o movimento de transferência de instalações industriais da Argentina para o Brasil e a introdução de forte instabilidade na política cambial argentina são os indícios mais evidentes.

Qual parece ser, pois, o futuro com relação ao Mercosul e à política de blocos no continente? Há duas hipóteses básicas: a consolidação de um Mercosul ampliado que dialogue em posição de certa força com a Alca ou a ampliação da Alca com o estabelecimento, em seus termos, de uma zona de livre comércio continental. O fator vital que, em minha opinião, definirá essa questão será a prioridade estratégica de natureza geopolítica que o próximo presidente norte-americano dará à América Latina. Observe-se que o Nafta atinge uma escala de PIB que permite aos EUA uma tranqüila liderança entre os blocos mundiais (a Europa Ocidental com um PIB de 8,8 trilhões de dólares e o Oeste Asiático com um PIB de seis trilhões de dólares), bem como um excepcional arranjo com o México quanto à mão-de-obra barata e a seu interessante mercado potencial. Toda a América do Sul acrescentaria ao Nafta um PIB de apenas 16%, enquanto a América Central, um resíduo de 1%. Visto sob o ângulo de mercados potenciais, no entanto, a América do Sul adicionaria uma população de 337 milhões de eventuais consumidores de produtos processados no Nafta e exportados pelos EUA sem barreiras ou tarifas.

A essa análise deve-se acrescentar a crescente fragilidade das balanças comerciais de vários países da América Central e da América do Sul,

exportadores de produtos agrícolas, para os quais uma muito pequena flexibilidade da política de quotas por parte dos EUA ocasionaria uma decisiva mudança de qualidade de seus balanços externos. Esses países estariam sempre muito sensíveis aos argumentos norte-americanos em favor da adesão ao Nafta.

Por outro lado, é preciso levar em consideração as recentes fissuras nos regimes democráticos locais, pressionados por um medíocre crescimento econômico das últimas duas décadas e fragilizados por um processo de abertura econômica que, se de um lado era inevitável, de outro aumentava o desemprego, a informalidade e fragilizava as bases já muito precárias do *welfare state* dessas nações. A questão da crescente importância do narcotráfico e do crime organizado nessas economias é outro fator de instabilidade a considerar. Sem esquecer recentes episódios em favor da dolarização de alguns desses países, tendência vista por enquanto com muita cautela pelas autoridades econômicas norte-americanas.

Assim, a possibilidade de a estratégia de uma próxima administração norte-americana vir a priorizar a América Latina como área de influência dos EUA – uma espécie de “zona de responsabilidade” – deverá ser avaliada também em função dos riscos que esse país teria de assumir quanto a eventuais intervenções em situações políticas que considere não-democráticas, escolhidas no envolvimento de forças ou recursos norte-americanos em operações de combate ao narcotráfico e ao crime organizado e, finalmente, o risco de um amplo movimento de dolarização que aumentaria as responsabilidades norte-americanas quanto aos riscos econômicos desses países.

Para finalizar, parece-me pois que, se o desejarem, não será difícil para os EUA ampliar a Alca, “comendo pelas bordas” o restante da América Latina com a força de um *fast-track* e, eventualmente, isolando os países maiores do continente, em especial o Brasil, que ficaria numa situação razoavelmente desconfortável ao procurar manter-se como um médio *global trader*. A questão a saber é se os EUA estarão dispostos a assumir as eventuais conseqüências e desgastes dessa política, dadas as priorida-

des estratégicas de nação hegemônica com relação à União Européia, ao Leste Europeu, ao Oriente Médio e à Ásia. Além do mais, é provável que suas grandes corporações transnacionais estejam mais envolvidas em questões ligadas à liberação global do comércio do que em discussões relativas a blocos regionais.

Caso não pareça aos EUA adequado assumir tais ônus e se, por outro lado, uma ampla mobilização política ocorrer entre os países da América do Sul em favor de uma nova aliança cujos benefícios superem as eventuais desvantagens, é possível antever um espaço para um novo arranjo. Nesse caso, um bloco formado pela América do Sul, com um PIB equivalente a 1,52 bilhão de dólares e 42% da população do continente, poderia teoricamente coexistir, com uma certa lógica e sucesso temporário, com um Nafta expandido pelos pequenos países da América Central, a ele sugados através do México. Essa é uma formulação estratégica que faz sentido e para a qual podemos e devemos dar nossa enfática contribuição de maneira estrategicamente autônoma, seja para melhorar as posições relativas em futuras negociações, seja para induzir a nação hegemônica continental para a direção que mais nos pareça interessar.

Essa abordagem realista, que leva em conta fundamentalmente a lógica econômica, longe de nos provocar desânimo diante do poder das forças que nos constroem, significa – em minha maneira de ver – um enorme estímulo à ação política plena de vitalidade e visão estratégica na direção do enfrentamento das inúmeras dificuldades a superar para viabilizar – a curtíssimo prazo e antes que seja tarde – um bloco sul-americano sinérgico e eficaz. Parecem ser tais as condições para que, usando a metáfora de Sanguinetti, mais um pedaço do caminho do presente seja construído em direção a um futuro que, por enquanto, só pode ser idealizado em meio aos tumultos deste mundo global.